

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS PRESENTES NA
AGRICULTURA FAMILIAR DA LOCALIDADE DA FAVILA – CANGUÇU/RS**

Lucimára dos Santos de Moura

Rio Grande, 2012

LUCIMÁRA DOS SANTOS DE MOURA

**A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS PRESENTES NA
AGRICULTURA FAMILIAR DA LOCALIDADE DA FAVILA – CANGUÇU/RS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-Regional

Professora Orientadora: Dr.^a Jussara Mantelli

Rio Grande, 2012

LUCIMÁRA DOS SANTOS DE MOURA

**A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS PRESENTES NA
AGRICULTURA FAMILIAR DA LOCALIDADE DA FAVILA – CANGUÇU/RS**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli (Orientadora)
ICHI – Universidade Federal do Rio Grande

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni
ICH – Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Rosa Elane Antoria Lucas
ICH – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto (Suplente)
FADIR – Universidade Federal do Rio Grande

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, colaboraram para a sua realização/construção.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial da minha vida, quero agradecer a todos que de certa forma contribuíram para a realização deste trabalho que, para mim, é valioso e engrandecedor tanto para a minha vida pessoal quanto profissional. Assim é chegado o momento de declarar publicamente minha gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pelas oportunidades em minha vida.

A minha família, em especial, meus pais Darci e Olzina que sempre me incentivaram aos estudos e que me ensinaram os valores da responsabilidade, da humildade e da perseverança que me são tão úteis. Todas as palavras são singelas para agradecer: muito obrigada por tudo. Aos meus irmãos, pelo incentivo, amor, convivência e amizade. Vocês todos são muito importantes e especiais para mim.

Ao meu marido, companheiro e amigo Varlei, pelo seu incondicional apoio, paciência, companheirismo, presença e dedicado amor. Dividimos instantes de angústias, compartilhamos tempos de estudos e conhecimentos e somamos muitos momentos de ternura, alegria e conquistas. Com você ao meu lado meu caminho é mais leve, bonito e feliz.

Aos demais familiares e amigos pela minha ausência.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, a qual foi de fundamental importância para concluir o curso.

A minha orientadora, Jussara Mantelli, pela orientação, dedicação, compreensão e confiança que despendeu comigo.

Aos membros da banca examinadora, pelas correções e contribuições. Em especial a Giancarla Salamoni, que sempre me incentivou a continuar estudando, com certeza parte dessa conquista devo a ela: guardarei seu exemplo de competência e seriedade profissional.

Aos agricultores familiares que fizeram parte desta pesquisa e que me receberam com disponibilidade e atenção, contribuindo de maneira fundamental para a realização deste trabalho.

A todos meus sinceros agradecimentos e a minha profunda gratidão!!!

EPÍGRAFE

“Existem no mundo milhões de pessoas benevolentes, cujas vozes ainda não foram ouvidas, cujos caminhos ainda não estão claros e cujos atos ainda não foram vistos. Pedimos a estes milhões que criem coragem de falar alto, que ofereçam a liderança necessária. A história terá que registrar que a maior tragédia desse período de transição social, não foram as palavras e atos violentos de gente ruim, mas o silêncio e a indiferença de gente boa. Nossa geração terá que se arrepender, não só das palavras e atos dos filhos das trevas, mas também dos receios e da apatia dos filhos da luz.”

Do Filme Conduzindo Miss Daisy

RESUMO

MOURA, Lucimára dos Santos de. A organização dos sistemas agrários presentes na agricultura familiar da localidade da Favila – Canguçu/RS. Dissertação: Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande. Orientadora: Prof.^a Dra.^a Jussara Mantelli. Rio Grande: FURG. 2012, 89p.

Esta pesquisa se propôs a investigar/identificar os principais sistemas agrário/agrícolas encontrados na localidade da Favila no Município de Canguçu/RS, e, a partir disso, compreender a importância que esses sistemas agrários possuem para as famílias tanto para se reproduzirem social e economicamente no campo como para a manutenção do patrimônio fundiário. Para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, foram realizadas entrevistas a partir de roteiros semiestruturados (com os agricultores familiares) e, como forma de aproximação com o objeto de estudo, foram realizadas observações de campo e registros fotográficos, além da análise de dados de fontes secundárias, como o IBGE, FEE, entre outros. Assim, foi possível identificar vários sistemas agrários e produtivos presentes no local de estudo, tendo em vista que os agricultores adotam a prática de cultivar, além dos produtos para o autoconsumo, o fumo e o eucalipto. Outras estratégias de reprodução social geradora de renda, não relacionado à agricultura, é a serraria e a automecânica, sendo possível, dessa forma, identificar os limites e as possibilidades dos agricultores para que possam se reproduzir no campo com dignidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Sistemas agrários. Fumicultura. Estratégias produtivas.

ABSTRACT

MOURA, Lucimára dos Santos de. The organization of the agrarian systems present in family farming locality of Favila - Canguçu/RS. Dissertation: Master degree in Geography - Federal University of Rio Grande. Advisor: Prof. Dr. Jussara Mantelli. Rio Grande: FURG. 2012, 89p.

This research intends to investigate/identify the main agrarian/agricultural systems found in the locality of Favila in the city of Canguçu-RS, and, from this, comprehend the importance that these systems have for the families so they can both reproduce themselves socially and economically in the field and also maintain the heritage land. In order to reach the proposed objectives for this research, were conducted carried out from structured scripts (with the family farmers) and, as a way of approximation to the study object were conducted field observations and photographic records, besides the data analysis from secondary sources, such as IBGE, FEE, among others. Thus, it was possible to identify several agrarian and productive systems present in the place of study, with a view that farmers adopt the practice of cultivating, besides the products for their own consumption, the tobacco farming and the eucalyptus. Other strategies of social reproduction income-generating, not related to agriculture, and the sawmill and repairing cars, being possible, this, to identify the limits and possibilities of farmers so that they can reproduce themselves in the field with dignity.

Keywords: Family farming. Agrarian systems. Tobacco farming. Productive strategies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Representação gráfica dos segmentos formadores dos complexos agroindustriais.....	46
Figura 02 – Divisão distrital do município de Canguçu.....	51
Figura 03 – Divisão do município de Canguçu por localidades.....	52
Figura 04 – Plantação de aveia para alimentar o rebanho bovino.....	59
Figura 05 – Agricultor preparando a terra para plantar.....	60
Figura 06 – Estufas de fumo e esteira que demonstram a modernização do campo.....	63
Figura 07 – Sistema produtivo para autoconsumo encontrado na localidade da Favila.....	68
Figura 08 – Sistemas produtivos autoconsumo + leite encontrados na localidade da Favila.....	69
Figura 09 – Sistemas produtivos autoconsumo + eucalipto encontrados na localidade da Favila.....	70
Figura 10 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo encontrados na localidade da Favila.....	71
Figura 11 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + leite encontrados na localidade da Favila.....	72
Figura 12 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + milho encontrados na localidade da Favila.....	73
Figura 13 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + pêssigo encontrados na localidade da Favila.....	74
Figura 14 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + aves encontrados na localidade da Favila.....	75
Figura 15 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + pêssigo + leite encontrados na localidade da Favila.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Índice de Desenvolvimento Humano do município de Canguçu e municípios limítrofes a Canguçu em 1991 e 2000 no contexto brasileiro.....	55
Quadro 02 – Estabelecimentos rurais no município de Canguçu e percentual de área	56
Quadro 03 – Principais lavouras no município de Canguçu em 2008.....	57

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 01 – Sistemas agrários presentes na localidade da Favila – Canguçu/RS.....	77
--	----

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS:

CAI – Complexo Agroindustrial

COSULATI – Cooperativa Sul-Rio-grandense de Laticínios

EMATER – Associação Rio-grandense de Empreendimentos e Assistência Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e alimentação

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: UMA VISÃO HISTÓRICA.....	21
2.1. Escala nacional.....	21
2.2. Escala regional.....	27
3. REFERENCIAL TEÓRICO, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E PRODUÇÃO FAMILIAR.....	31
3.1. Referencial teórico.....	31
3.2. Modernização da agricultura brasileira.....	42
3.3. Produção familiar e organização do trabalho.....	47
4. ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA E SISTEMAS DE PRODUÇÃO ENCONTRADOS NA LOCALIDADE DA FAVILA – CANGUÇU/RS.....	50
4.1. Principais estratégias de reprodução familiar presentes na localidade da Favila.....	62
4.1.1. Integração ao complexo agroindustrial.....	62
4.1.2. Produção para autoconsumo.....	64
4.1.3. Trabalho assalariado-temporário na agricultura.....	65
4.1.4. Trabalho não-agrícola na propriedade.....	65
4.1.5. Trabalho assalariado-temporário não-agrícola.....	66
4.1.6. Comércio.....	67
4.2. Caracterização dos sistemas agrário/agrícolas da agricultura familiar encontrados na localidade da Favila.....	67
4.2.1. Sistema autoconsumo.....	68
4.2.2. Sistema autoconsumo + leite.....	69
4.2.3. Sistema autoconsumo + eucalipto.....	70
4.2.4. Sistema autoconsumo + fumo.....	71
4.2.5. Sistema autoconsumo + fumo + leite.....	72

4.2.6. Sistema autoconsumo + fumo + milho.....	73
4.2.7. Sistema autoconsumo + fumo + pêssego.....	74
4.2.8. Sistema autoconsumo + fumo + aves.....	75
4.2.9. Sistema autoconsumo + fumo + pêssego + leite.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE.....	87

1. INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho tem como intuito abordar os principais sistemas agrários¹ e produtivos presentes na localidade da Favila, em especial após a inserção da fomicultura e de outras estratégias de reprodução social não relacionada à agricultura (serraria, automecânica, entre outras), encontradas nessa área, identificando os limites e as possibilidades para pensar e praticar uma agricultura em que os agricultores possam se reproduzir no campo.

Assim, a localidade da Favila, no município de Canguçu, foi a área escolhida para a realização deste trabalho devido o conhecimento prévio (empírico) desse local – por já ter sido moradora e agricultora da localidade e por meus pais e demais familiares residirem nessa área e, também, se reproduzirem como agricultores familiares. Assim, Schwartz (2008) afirma que esse conhecimento preliminar

(...) permite uma maior participação do pesquisador e uma relação menos artificial e com maior nível de confiança mútua entre o entrevistado e o pesquisador, uma vez que os dados fornecidos são fundamentais para a pesquisa. (SCHWARTZ, 2008, p.14)

A localidade da Favila é formada por pequenas propriedades², de caráter familiar, e emprega quase que exclusivamente mão de obra da família. A agricultura nessa área tem passado por profundas transformações técnicas e produtivas nas últimas décadas. Dessa maneira, muitos agricultores adotaram

¹ De acordo com Fernádes (1992), sistemas agrários são um conjunto de elementos naturais e humanos, com o objetivo de obter produtos e benefícios.

² Conforme Diniz (1984), as propriedades são caracterizadas de acordo com a mão de obra empregada, sendo considerada pequena propriedade aquela essencialmente trabalhada pelo proprietário e sua família. Podem ocorrer propriedades de tamanho tão pequeno que a mão-de-obra se torna excedente e os membros da família procuram outra ocupação caracterizando, assim, o minifúndio. Já de acordo com Guanzioli e Cardim (2000), pequena propriedade é aquela cuja direção dos trabalhos é exercida pelo produtor e em que o trabalho familiar, superior ao trabalho contratado, é praticado em extensões de terras que a família pode explorar com trabalho próprio aliado à tecnologia que dispõe.

novas estratégias de reprodução social e inseriram-se na dinâmica do mercado (para poderem permanecer no campo) principalmente com a introdução da fumicultura, pois essa era uma produção com garantia de venda que atribuía uma maior segurança para os trabalhadores, não conseguida através dos outros produtos cultivados na propriedade, sujeitos às oscilações do mercado.

No entanto, mesmo com essa integração ao mercado, a produção para autoconsumo, definida de acordo com Grisa e Schneider (2008) como uma parcela da produção produzida pela família e destinada ao consumo interno das unidades produtivas, continua sendo uma estratégia de reprodução social entre as unidades de produção familiar, pois permite uma maior autonomia e segurança alimentar para o agricultor.

Essa forma de organização da agricultura, que se apresenta atualmente, se deve a forma como ocorreu no passado. Conforme salienta Andrade (2002), ao lado da “produção sublime”³, surgiu a produção em pequena escala que servia ao autoconsumo e comercialização local e regional.

Dessa forma, percebe-se que a agricultura na localidade da Favila, apesar de ser constituída majoritariamente por pequenas propriedades, adotou cultivos que eram exclusivos de grandes proprietários no período colonial no território brasileiro. Por essa via, nota-se que a agricultura da área estudada se (re)organizou devido ao cultivo da fumicultura. De acordo com Prado Junior (1981), a cultura do tabaco fazia parte da grande lavoura, representada pelos latifundiários e destinada ao mercado externo. No entanto, essa cultura também era praticada pelos sitiantes, agregados, meeiros, tutelados, entre outros.

Assim, pode-se compreender que a agricultura da localidade em estudo se (re)organizou a partir da introdução da fumicultura, que é um cultivo essencialmente comercial e não alimentar. A fumicultura, entretanto, passa agora a fazer parte dos cultivos produzidos pelos agricultores familiares não mais como produção acessória, mas como principal atividade geradora de renda nas unidades de produção por não exigir uma área muito extensa (em média de 3

³ Neste trabalho, o conceito de produção sublime é entendido como aquela produção em larga escala que se utiliza de tecnologias de ponta/avançadas, nas quais a produção destina-se basicamente ao mercado externo.

hectares) e, também, pela família, na maioria das vezes, ser capaz de dar conta do trabalho no estabelecimento.

A problemática que envolve esta pesquisa está pautada nos sistemas agrários/produtivos existentes na agricultura familiar da localidade da Favila – Canguçu/RS. Mais especificamente, como as famílias reorganizaram seus sistemas produtivos a partir de suas trajetórias anteriores como agricultores produtores de alimentos – visto que atualmente a produção de fumo é um produto essencialmente comercial. Dessa forma, busca-se compreender: quais são os principais sistemas agrários/produtivos presentes na localidade da Favila? Quais as relações de produção e comercialização adotadas pelos agricultores? Quais as estratégias encontradas atualmente pelos agricultores para se reproduzirem social e economicamente e continuarem se mantendo no campo?

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar os principais sistemas agrários/produtivos presentes na localidade da Favila – Canguçu/RS, principalmente após a introdução da fumicultura. Como objetivos específicos, buscou-se: caracterizar o perfil socioprodutivo das unidades familiares da localidade da Favila – Canguçu/RS e identificar as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para se reproduzir social e economicamente, se manter no campo e compreender as relações de produção e comercialização, com ênfase nos agricultores familiares integrados aos complexos agroindustriais.

Para a realização de uma pesquisa, é preciso que o pesquisador siga alguns passos importantes a fim de organizar os procedimentos metodológicos a serem utilizados, com o intuito de compreender, analisar e interpretar o problema proposto no trabalho. As etapas planejadas para a realização da pesquisa se constituem na metodologia a ser seguida pelo pesquisador.

Assim, a metodologia segundo Ramires e Pessoa (2009, p.282) “é o conjunto de técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, ajustada de acordo com os objetivos e a problemática”. A metodologia tem como função mostrar o caminho a ser percorrido durante a investigação com o propósito de nortear a pesquisa, ajudar a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador, investigador e criativo.

Dessa maneira, para explicar um fenômeno da realidade, ou aprofundar o conhecimento de determinado lugar ou objeto, faz-se necessário uma

investigação detalhada sobre tal fato. Silva (2001) salienta que a elaboração de uma pesquisa necessita, para que seus resultados sejam satisfatórios, estar baseada em planejamento cuidadoso e em reflexões conceituais sólidas, ambos alicerçados em conhecimentos já existentes.

Nesse contexto, a pesquisa ainda pode ser definida, conforme Minayo (1993), como

atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 2004, p.23).

Assim, a pesquisa é um conjunto de ações que visam solucionar um problema, que têm por base procedimentos organizacional e sistemático.

Para a realização deste trabalho, deteremos nosso foco na pesquisa participante que se caracteriza pela interação entre o pesquisador e os membros da situação investigada e, também, na pesquisa qualitativa, conforme Ramires e Pessoa (2009, p.282), por ser “uma abordagem mais interpretativa que se propõe a traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises”. Ainda, segundo Sampieri (2006, p.11), “os estudos qualitativos não pretendem generalizar os resultados para populações mais amplas, nem necessariamente obter amostras representativas, não pretendem nem mesmo que seus estudos sejam replicados”. Em relação à forma de abordagem do problema, Silva (2001) afirma que a pesquisa qualitativa é aquela em que

há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA, 2001, p.20)

Para análise dos procedimentos técnicos da pesquisa, foi adotado o estudo de caso, que, conforme Silva (2001, p.21), é “quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Nesse caso, analisaremos e identificaremos os principais sistemas agrários ou produtivos⁴ presentes na localidade da Favila – 1º distrito do município de Canguçu/RS. Esse método de investigação é utilizado para se conhecer, de maneira minuciosa, um determinado local ou objeto, considerando uma análise sistêmica.

A abordagem sistêmica visa ao estudo do desempenho total de sistemas em vez de se concentrar isoladamente nas partes. Na agricultura, o enfoque sistêmico tem-se tornado processo de produção, cada vez mais necessário, devido à complexidade de sistemas organizados e manejados pelo homem e à emergência do conceito de sustentabilidade.

Dessa forma, faz-se necessário a delimitação clara do que se pretende pesquisar, pois é fundamental, para realizar o estudo, a escolha adequada das fontes e do levantamento bibliográfico necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

Assim, o recorte espacial do estudo de caso foi o 1º distrito do município de Canguçu, mais precisamente a localidade da Favila, que apresenta uma agricultura familiar diversificada, na qual os agricultores criaram estratégias, nem sempre agrícolas, para continuarem se reproduzindo social e economicamente no campo. No entanto, ressalta-se que mesmo que os agricultores adotem outras estratégias não relacionadas à agricultura, não perdem suas características de agricultores, pois, na maioria das propriedades, há uma combinação dessas atividades.

O trabalho de campo proporciona ao pesquisador uma aproximação com o pesquisado, além de proporcionar um maior conhecimento sobre o objeto que

⁴ O sistema de produção é entendido como o conjunto coerente de combinações de culturas e criações dentro de uma unidade de produção. A agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias tanto para o consumo da família quanto para o mercado. Um sistema de produção reflete não apenas as potencialidades e restrições socioambiental-agronômicas particulares de cada local, mas também a história local e das famílias que o adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu itinerário histórico, das encruzilhadas, das restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias. (GUANZIROLI, *et al*, 2009, p. 116).

se pretende investigar e, também, um conhecimento melhor sobre a realidade vivenciada pelos entrevistados. Parte-se do princípio que o agricultor é aquele que detém o conhecimento e o saber da situação em que vive.

Para realização da pesquisa de campo foi utilizado o processo de amostra que, segundo Silva (2001, p. 32), “é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano”. A amostra pode ser probabilística e não-probabilística. Nesse caso, foi utilizada a amostragem não-probabilística intencional em que, conforme Silva (2001, p.32), “foram escolhidos casos para a amostra que representam o bom julgamento da população/universo”.

Para conhecimento da realidade empírica, foram realizadas entrevistas que, conforme Silva (2001, p.33), são “a obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”. Já Sampieri (2006) entende entrevista qualitativa como sendo mais flexível e aberta, na qual há conversa entre entrevistador e entrevistado. Dessa forma, foram investigadas 33 propriedades, de um total de 187 que formam a localidade da Favila, representando uma amostra de 17,64% do total do universo pesquisado. Considera-se esse universo satisfatório, uma vez que na localidade pesquisada há uma certa homogeneidade no comportamento produtivo das famílias.

As entrevistas foram baseadas em roteiros semiestruturados (Apêndice 1). Segundo Matos e Pessoa (2009, p.288), esse tipo de roteiro “se constitui na interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas) em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea”. Já Sampieri (2006, p.381) entende que as entrevistas semiestruturadas “baseiam-se em um guia de assuntos ou questões e o pesquisador tem a liberdade de introduzir mais questões para a precisão de conceitos ou obter maior informação sobre os temas desejados”. Além disso, foi realizado um levantamento fotográfico, dos aspectos da organização interna das unidades produtivas familiares, para melhor visualização dos sistemas encontrados no setor agrário da localidade.

As questões propostas tiveram como base identificar os sistemas agrários/produtivos presentes na localidade da Favila – Canguçu/RS, além de caracterizar o perfil socioprodutivo das unidades familiares e identificar as

estratégias adotadas pelos agricultores familiares para se reproduzir social e economicamente, se manter no campo e compreender as relações de produção e comercialização, com ênfase nos agricultores familiares integrados aos complexos agroindustriais, no que se refere principalmente a produção de fumo.

Para responder essas questões, a entrevista foi fundamental, pois foi o momento em que o pesquisador obteve informações diretamente do agricultor pesquisado.

Desse modo, foi possível identificar nove sistemas agrário/produativos presentes na agricultura familiar da localidade da Favila. Os agricultores têm como atividades principais o autoconsumo e a produção de fumo. Além disso, produzem para a manutenção do grupo familiar e, também, para a comercialização, especialmente com as agroindústrias.

2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: UMA VISÃO HISTÓRICA

A agricultura, em seu sentido amplo, é uma atividade social de produção de bens obtidos pela exploração da fertilidade útil de um meio que contém, geralmente, populações de espécies domesticadas ou não. Assim, a agricultura é um artefato passível de observação, complexo e variável de um lugar e de uma época para outra. É um campo de estudo imenso e mutável, visto que é composta de múltiplas formas no presente (observável) e no passado (identificável), relativamente impossível de apreender e descrever em sua totalidade. (MIGUEL, 2009).

Dessa forma, a agricultura é extremamente importante para o país, pois comanda a organização econômica da sociedade. Além disso, a maior parte da riqueza existente no Brasil, atualmente, se deve a agricultura. É preciso destacar, também, que foi devido a esta que se assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro (PRADO JR, 2000). O homem, no início de sua existência, retirava da natureza somente o necessário para o seu sustento e de sua família. As populações eram totalmente dependentes do que era oferecido pela terra e não exigiam mais do que o necessário a sua sobrevivência – como ocorreu no caso dos povos nativos ocupantes de diferentes ecossistemas no que veio a se constituir, posteriormente, o território brasileiro.

2.1. Escala Nacional

No Brasil, houve a instalação da agricultura sistemática e organizada por meio dos ciclos econômico-produtivos. O primeiro deles, de caráter extrativista, foi o do pau-brasil e foi um ciclo que não caracterizou diretamente a organização do espaço agrário no país, assim como o espaço da mineração.

No início do século XVIII, era o ciclo da lavoura do café que mesmo no começo de sua trajetória, já começava a conquistar um lugar importante entre as principais atividades da colônia. Na segunda metade do século XVIII, a agricultura brasileira é estimulada pela produção e pela venda do algodão que, devido aos progressos técnicos dessa época, permitiram o seu aproveitamento. Por consequência, o algodão tornou-se a principal matéria prima industrial da época e entrou para o comércio internacional muito valorizado, sendo o seu principal destino à Inglaterra, grande centro da indústria têxtil do momento. Devido à cultura do algodão, no final do século a agricultura brasileira alcançou uma expansão significativa.

A agricultura se fez, historicamente, presente por todo o Brasil por meio de várias culturas tais como: a da cana de açúcar em Campos dos Goitacases, em São Paulo, São Sebastião e Ubatuba; a do algodão no Maranhão e a do cacau na Amazônia. Essas transformações colocam em declínio as regiões mineradoras que por muito tempo ocuparam posição em destaque e que seriam as únicas capazes de trazer resultados promissores. Todavia, com o advento da agricultura, o país percebeu que a produção agrícola poderia trazer resultados mais rentáveis do que os metais e as pedras preciosas.

As áreas agrícolas produtivas se iniciaram, quase que exclusivamente, na faixa do território que se estende de Norte a Sul, ao longo do oceano. Isso ocorreu porque a produção dos gêneros tropicais, principalmente da cana de açúcar, necessitava de locais úmidos e quentes, como, por exemplo, a baixada litorânea. Outra circunstância favorável de se produzir nessa área era a proximidade dos portos – pelo o fato de se produzir para o exterior, as atividades econômicas da colônia se fixavam próximo aos portos de embarque e exportação, diminuindo os custos com transporte. Somente com o advento da mineração e da pecuária foi possível a expansão e o avanço da colonização ao interior.

A primeira atividade foi realizada por motivos econômicos, pois o ouro e os diamantes, em pequenos volumes e pesos, anulam o problema do transporte; a segunda, porque o gado não necessita ser carregado, pois anda por si mesmo. Nessas áreas interioranas, os colonizadores passam a se dedicar principalmente à pecuária em virtude das minas entrarem em declínio e a agricultura ainda ser tratada como uma atividade de segundo plano.

A grande lavoura representou o nervo da agricultura colonial; já a produção para autoconsumo, como a do feijão, da mandioca e do milho, foi produzida para alimentar as pessoas que trabalhavam na grande lavoura. Esses produtos, geralmente, eram produzidos nos mesmos estabelecimentos rurais organizados e estabelecidos a partir da grande lavoura.

Na agricultura colonial brasileira é preciso distinguir dois setores cujo caráter é inteiramente diverso. De um lado, a grande lavoura, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Do outro, a agricultura de subsistência, isto é, produtos de gênero destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. (PRADO Jr., 1981, p.142).

No Brasil, a grande propriedade sempre foi dominante em toda sua história e, além disso, aparece como um modelo socialmente reconhecido. Tais propriedades receberam estímulos governamentais, através de políticas agrícolas, que permitiram sua modernização e reprodução. No entanto, a agricultura de subsistência (familiar) sempre ficou em segundo plano e subalterna na sociedade brasileira.

Nessa mesma direção, Andrade (2002) afirma que

[...] ao lado da produção nobre, desenvolveram-se, em pequenas propriedades situadas em trechos menos férteis ou de mais difícil acesso, as chamadas pequenas lavouras, destinadas ao autoconsumo e a comercialização local e regional. (...) A pequena produção feita em porções marginais da grande propriedade (...) tinha função complementar, garantiam o abastecimento local e retinham a força de trabalho permitindo a sua convocação quando se fizesse necessário a grande lavoura. (ANDRADE, 2002, p.14)

Durante o período do Brasil colonial, o território brasileiro foi formado com doações de terras à particulares, com base na concentração de terra. (OLIVEIRA, 2001) Assim, até o final do século XIX, o aspecto que diferenciou a grande lavoura da agricultura de subsistência foi a organização da produção. Além disso, a grande lavoura utiliza grande investimento de capital, extensas áreas cultivadas, empregando numerosa mão-de-obra (primeiramente trabalho escravo e, posteriormente, trabalho assalariado) e produção em larga escala, disposta em grandes unidades produtoras, como, por exemplo, fazendas e engenhos que produzem, quase que exclusivamente, para a exportação. Já a agricultura de

subsistência desenvolve-se em pequenas extensões de área, utiliza mão-de-obra familiar, baixo investimento em capital e trabalho braçal e a produção é voltada para o mercado interno.

É deste tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO Jr., 1981, p.142).

Os produtos da grande lavoura como, por exemplo, o açúcar, o algodão e o tabaco são consumidos igualmente no país, portanto, são também destinados ao mercado interno. Da mesma forma, os produtos que são considerados de autoconsumo são exportados, mas em pequena quantidade. No entanto, a proporção de, no primeiro caso, ser exportado e, no segundo caso, servir ao mercado interno é tão favorável que não há contradição nas formas de produção, como explica Prado Jr.:

quanto ao arroz, embora se consuma largamente no país, o grande volume de sua produção se explica, sobretudo, pela exportação que dele se faz. Podemos mesmo distinguir, na rizicultura colonial, um setor de grande lavoura, como no Maranhão, e também em menor escala, no Pará e no Rio de Janeiro, onde o estímulo é claramente o do comércio exterior; e outro, de proporção muito mais reduzida, disseminado por várias regiões, e que tem o mesmo caráter que as demais culturas exclusivamente de subsistência, como as da mandioca e do milho. (PRADO Jr., 1981, p.158).

No Brasil, destacam-se três grandes lavouras. A primeira foi a da cana de açúcar, que serviu de base material para a fixação do europeu no Brasil. O açúcar, também, foi o principal produto no país, porque trouxe o maior rendimento econômico. A cana ocupava um espaço amplo e era encontrada por todo o litoral, do Extremo Norte, no Paraná, até o sul de Santa Catarina; no interior, era produzida em todas as regiões, exceto em áreas do semiárido do Sertão Nordestino, e aparecia em maior ou menor escala em todas as áreas habitadas.

Os grandes centros produtores da cana se restringiram a poucas e restritas áreas do litoral, sendo que é nestas áreas que se localiza o que propriamente constitui a grande lavoura açucareira. Nos demais locais, havia uma pequena produção local em que a cana era bem menos aproveitada para a

fabricação do açúcar do que para a produção da aguardente, do melado ou da rapadura, sendo que representava uma pequena expressão no conjunto da economia canavieira.

A organização da lavoura canavieira tem por elemento central o engenho, que são as fábricas ou instalações para a manipulação da cana e preparo do açúcar, e se estende a toda propriedade, com suas terras e culturas. O engenho abrange grandes áreas que são diretamente exploradas pelo proprietário e, também, cedidas aos lavradores, que se obrigam a moer sua produção no engenho do proprietário. Tratam-se das “fazendas obrigadas”, em que o lavrador recebe metade do açúcar produzido por sua cana e ainda paga pelo aluguel da terra que utiliza. Existem, também, os lavradores livres, proprietários das terras que ocupam, que fazem moer a sua cana no engenho recebendo meação integral.

O trabalho nos engenhos é realizado por escravos; já o trabalho assalariado é feito por escravos libertos, em pequeno número, para as funções especializadas ou da direção (mestres, purgadores, feitores, caixeiros, etc.).

Da cana é extraído o açúcar e a aguardente, sendo que esta última representava um subproduto bastante consumido no Brasil e exportado para as costas da África e, também, servia para praticar o escambo de escravos.

Outra cultura que se destacou na grande lavoura foi a do algodão. Esta, contudo, era bem mais simples, com menor custo e era uma produção que servia aos lavradores modestos. Esse fato é o que tornou possível o seu grande e rápido desenvolvimento. No século XVIII, o algodão começou a ser exportado, mas foi considerada uma cultura insignificante de expressão local e de valor econômico mínimo, pois servia apenas para a vestimenta dos escravos e das classes mais pobres da população. Somente quando se torna mercadoria de grande importância no mercado o algodão começa a aparecer, tornando-se uma das principais riquezas da colônia.

No século XVIII, a cultura do algodão alcançou seu apogeu. Era produzido, praticamente, em todo o território brasileiro, mas no século seguinte houve um declínio nos preços do algodão. Com isso, a área algodoeira se restringe e se estabiliza com índices muito baixos.

A terceira grande lavoura da colônia é a do tabaco. Sua cultura iniciou no século XVII. No século XVIII, já havia uma grande quantidade de tabaco no comércio exterior. Esse nível, embora com estacionário ou com pequeno progresso, se manteve e só começou a declinar no início do próximo século. Parte da exportação do tabaco destinava-se à África e servia no escambo de escravos.

A cultura do tabaco, assim como a da cana e a do algodão, expandiu-se por toda a colônia, conforme explica Prado Jr.:

a lavoura do tabaco é de todas as que se praticam no Brasil a que se faz com mais cuidados. É uma exceção honrosa que redime um pouco a agricultura colonial. Responsável a natureza da planta, que exige, uma atenção que a cana e o açúcar dispensam. Emprega-se o adubo ,caso único; durante o crescimento, cerca-se a planta de vários cuidados especiais, como a transplantação, proteção contra insolação excessiva, podas repetidas e periódicas, catação de lagartas (PRADO Jr., 1981, p.154).

A cultura do tabaco, devido aos vários cuidados que necessita, reduz muito as vantagens do cultivo em larga escala. Esse produto era cultivado por grandes produtores e, também, por lavradores modestos por ser acessível e necessitar apenas de um galpão para secar e torcer as folhas. Nesse tipo de produção também era utilizado o trabalho escravo.

As três grandes lavouras (açúcar, algodão e tabaco) constituem os fundamentos da agricultura colonial tanto pelo valor da produção quanto pela parcela da população que nelas exerciam sua atividade – tais agriculturas representam a quase totalidade da economia agrária do Brasil colonial.

Outra lavoura de suma importância para o Brasil foi a do café, que teve um crescimento acelerado. Para aumentar a produção, os fazendeiros expandiram a plantação do cafezal para áreas aproveitáveis e próprias para essa cultura. Dessa forma, a agricultura de subsistência, que ficava próxima a essas áreas, foi prejudicada.

No que se refere à agricultura de subsistência, implica identificar os argumentos que permeiam os debates e alguns dos termos utilizados na análise desse tema. Nesse tipo de organização, não há escravos ou assalariados e o proprietário ou simplesmente ocupante da terra é, ao mesmo tempo, o trabalhador que, às vezes, recebe ajuda ou troca de serviços de algum vizinho. O proprietário é o dono da terra; já o ocupante da terra é o agregado dos grandes domínios. O

agregado é o trabalhador rural que recebe uma porção da terra inaproveitável pelo proprietário e, em troca, realiza a prestação de pequenos serviços. Simch (2002) salienta que a agricultura de subsistência trata-se de estabelecimentos que produzem pouco, utilizam técnicas tradicionais e, sobretudo, satisfazem as necessidades do grupo familiar.

A agricultura de subsistência se concentrará nos pontos da costa que não são suficientemente favoráveis para a instalação da grande lavoura, na qual os solos são inferiores ou estão esgotados pelas atividades monocultoras. Esse tipo de agricultura se fez necessária para abastecer os núcleos de povoamento do país e para não haver uma crise alimentar. Devido à alta dos preços dos produtos da grande lavoura, ou quando as atividades e atenção se voltam exclusivamente a ela, as culturas alimentares (autoconsumo) são deixadas em segundo plano ou abandonadas.

As culturas de subsistência nunca deixaram de ser atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação. Quando chegavam a ser independentes desta, eram, geralmente, praticadas em pequenas escalas e longe dos raros centros urbanos, sujeitas a frequentes crises de abastecimento, através dos quais os comerciantes de gêneros alimentícios e outros intermediários obtiveram grandes lucros.

2.2. Escala Regional

O Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente no processo de formação econômica do Brasil, se comparado aos demais Estados. O início da distribuição de sesmarias no Rio Grande do Sul coincidiu com a sua valorização econômica. Com a mineração altamente valorizada, havia-se aberto um mercado para o gado originário das Missões Jesuíticas, pois era necessário que houvesse animais de carga para o transporte das minas.

Vale ressaltar, ainda, que o estado gaúcho abastecia o centro do país com alimentos e, também, com transporte no intuito de atender suas necessidades. Ou seja, este foi o primeiro elo do estado com as atividades econômicas nacionalmente importantes.

A mineração entrou em crise e prejudicou a pecuária gaúcha. No entanto, não foi toda a agropecuária do território do Rio Grande do Sul que entrou em decadência devido às atividades produtivas realizadas por imigrantes açorianos. Estes, inicialmente, praticavam culturas de subsistência, mas houve, também, o cultivo de alguns produtos para a comercialização – como foi o caso do trigo, que teve uma posição de grande destaque, sendo que esse produto era vendido para o centro do país. Contudo, devido à concorrência do trigo estrangeiro e às pragas que invadiram as lavouras, viu-se desaparecer a primeira possibilidade de se construir a pequena propriedade de policultura do Estado, pois os açorianos passaram a dedicar-se à pecuária. Posteriormente, com a instalação dos núcleos açorianos, os primeiros imigrantes europeus não-portugueses passaram a habitar o estado e se instalaram com base na pequena propriedade de caráter familiar.

Nesse momento, a cafeicultura do centro do país teve um crescimento acelerado e os fazendeiros, para aumentar cada vez mais sua produção, expandiram suas áreas aproveitáveis prejudicando as áreas de cultivo da agricultura de subsistência que ficavam próximas às fazendas. Nessa época, em meados do século XIX, ocorreu a campanha abolicionista, assim, o trabalho nos cafezais não era realizado por escravos e sim por homens livres que recebiam salário em troca de seu serviço. Essas transformações deram aos trabalhadores um poder aquisitivo capaz de absorver os excedentes da agropecuária colonial gaúcha. Contudo, foram as necessidades de alimento, manifestas pelos trabalhadores dos cafezais, que contribuíram para o aumento das colônias europeias no extremo sul, incentivando a entrada de imigrantes.

A partir de dois segmentos produtivos, a pecuária tradicional e a agropecuária colonial, o Rio Grande do Sul abastecia dois distintos mercados, formados pela mão-de-obra utilizada nos cafezais: a força de trabalho escravo, dos núcleos de expansão primitiva da cafeicultura, absorvia o charque, enquanto os imigrantes italianos eram providos de produtos oriundos da zona colonial do Estado. (FEE, 1982, p.29)

Os pequenos proprietários rurais atendiam os interesses da classe dominante (latifundiários), assim, a pequena propriedade consolidou-se através de uma forma pré-estabelecida da estrutura fundiária. Os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, se instalaram no Rio Grande do Sul ocupando

pequenas propriedades, pois não havia mais áreas disponíveis para a grande propriedade – estas já estavam ocupadas pelos latifundiários. Os colonos europeus praticavam as culturas de autoconsumo, além da pecuária leiteira, suinocultura e avicultura.

A estrutura da produção agrária no Rio Grande do Sul se desenvolveu através de três segmentos: a pecuária tradicional, a agricultura colonial e a lavoura empresarial.

A pecuária tradicional, durante algum tempo, foi capaz de abastecer tanto o mercado interno quanto o externo, mas houve uma instabilidade dos preços dos produtos da pecuária no transcorrer do tempo, o que causou o fechamento do mercado europeu à carne gaúcha. Com isso, o Rio Grande do Sul passou a fornecer carne para o território nacional, mas houve a concorrência dos produtos do Centro-Oeste. Dessa forma, a disputa pelo mercado nacional levou o segmento a utilizar o seu patrimônio territorial para arrendamento.

A pecuária tradicional limita e apropria a terra como um fator de comportamento e de características não capitalistas.

A significação dessa análise cresce quando se observa que a pecuária joga dentro de dois interesses econômicos. O primeiro, quando a terra é empregada como uma propriedade, ou seja, quando pode proporcionar renda da terra, e o segundo quando a terra é usada, produtivamente, pelo proprietário na pecuária. (FEE, 1982, p.93).

Mais tarde, identifica-se no espaço sul-rio-grandense a organização da lavoura empresarial, que é um segmento produtivo baseado nas relações capitalistas de produção através da ampliação dos recursos técnicos, tais como máquinas, implementos, fertilizantes, entre outros. Há, também, o empregado que pode ser permanente ou temporário que trabalha nas terras dos latifundiários, sendo que estas podem ser próprias ou arrendadas.

Na lavoura empresarial, os principais produtos cultivados são: o trigo, o arroz e a soja. O arroz e o trigo destinam-se em abastecer o mercado nacional, enquanto a soja é dirigida ao mercado internacional. O crescimento desses três produtos teve como resultado uma quantidade significativa de terras arrendadas.

Além disso, a tecnologia precisou ser alterada e a estrutura técnica passou por uma modernização. A lavoura empresarial entra em crise quando se

sobressai em relação à produção de bens de consumo duráveis, apoiada por empresas estrangeiras. Esse tipo de bens gera a concentração de renda e, enquanto isso, a economia agrária gaúcha praticamente estaciona. A análise do período, 1956-68, revela a instabilidade de toda a lavoura empresarial com a produção do trigo, do arroz e da soja, pois ora alcança bons resultados, ora fracassa. Já no período de 1968-75, a lavoura empresarial cresceu devido à mecanização intensiva, aos insumos modernos, aos créditos com juros subsidiados e a absorção de terras da pecuária propícias à mecanização. Vale ressaltar que, nesse período, também houve alguns problemas como a elevação dos preços de arrendamento, de insumos modernos, de transporte e dos combustíveis.

A agropecuária colonial gaúcha é uma forma não-capitalista de produção, pois trata-se de um segmento produtivo no qual as relações familiares determinam as relações de produção. Esse segmento produtivo gaúcho não pratica apenas as culturas de subsistência, pois muitos de seus produtos são comercializáveis.

A agropecuária colonial está marcada pela presença do proprietário-trabalhador, que detendo os meios de produção, trabalha com a sua família, para obter a sua sobrevivência. Geralmente emprega terras impróprias para mecanização, possui uma área de dimensões reduzidas e utiliza eventualmente mão-de-obra assalariada como complemento da força de trabalho familiar. (FEE, 1982, p.95).

Na agropecuária colonial, há a presença do mercado cujo capital comercial e industrial são dominantes e absorvem parte do valor gerado na agropecuária, através da compensação de preços. Isso é visível no caso da produção dos hortifrutigranjeiros, do leite, das aves e do fumo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E PRODUÇÃO FAMILIAR

3.1. Referencial teórico

Para compreender como as famílias da localidade da Favila se reorganizaram através dos sistemas agrários/produativos, principalmente devido a introdução da fomicultura em suas propriedades, é preciso tomar como base alguns temas para discussão e buscar referenciais teóricos que auxiliem na construção deste trabalho. Os principais temas trabalhados nessa pesquisa são, basicamente: sistemas agrários/produativos, (re)organização territorial, modernização da agricultura, complexos agroindustriais, agricultura familiar e autoconsumo que, por fim, dará embasamento para compreender como as famílias passaram a cultivar produtos que não se destinam ao autoconsumo e, também, compreender como conseguem se reproduzir social e economicamente.

Sistemas agrário/produativo

Sistema agrário, conforme Fernádes (1992, p.10), “es um conjunto de elementos naturales y humanos, em interacción dinâmica em función de um objetivo: obtener productos y beneficios”. Para Miguel (2009), um sistema agrário é a combinação das seguintes variáveis essenciais:

o meio cultivado; os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho); o modo de artificialização do meio; a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais; as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo e o conjunto de ideias e instituições que permitem assegurar a reprodução social. (MIGUEL, 2009, p.23)

Dessa forma, Basso e Neto (2005) salientam que um sistema agrário corresponde a um conjunto de conhecimentos, metodicamente elaborados,

resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular. Os autores afirmam, ainda, que “um sistema agrário é determinado a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas.” Esses componentes podem ser agrupados em dois conjuntos: os agroecossistemas e o sistema social produtivo. Ainda de acordo com os mesmos autores, um sistema de produção se constitui a partir do critério de delimitação de sistemas agrários mais detalhados, sua adoção como critério principal, entretanto, só é possível em estudos no âmbito local.

Neste trabalho foi utilizado o sistema social produtivo que, segundo Basso e Neto (2005, p.19), “corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados.”

A categoria social dos agricultores é definida pelas suas relações de produção, de propriedade e de troca com os demais agentes que, direta ou indiretamente, atuam na produção agropecuária. Assim, a categoria social a qual pertence um agricultor expressa, entre outras coisas, o seu acesso aos meios de produção disponíveis, assim como a repartição dos produtos gerados (BASSO e NETO, 2005, p. 19)

De acordo com Miguel, Mazoyer e Roudart (2009, p.28), “o sistema de produção de uma propriedade agrícola define-se pela combinação (a natureza e as proporções) de suas atividades produtivas e de seus meios de produção”. A agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias tanto para o consumo da família como para o mercado. Assim, Guanzirolí *et al* (2009) salienta que

um sistema de produção reflete não apenas as potencialidades e restrições socioambiental-agronômicas particulares de cada local, mas também a história local e das famílias que o adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu itinerário histórico, das encruzilhadas, restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias. (GUANZIROLI *et al*, 2009, p.116)

Nesse contexto, Basso e Neto (2005) salientam que um sistema de produção corresponde à forma como os agricultores organizam as suas atividades no interior das unidades de produção.

(Re)organização territorial

Para compreender a formação ou a (re)organização do território brasileiro, é preciso recorrer a alguns autores que contribuem no entendimento desse assunto, como, por exemplo, Oliveira (2001), Stédile (1997), Prado Junior (1981), Andrade (2002), entre outros autores que se dedicam a essa temática.

Os trabalhos de Oliveira (2001) afirmam que, no período colonial, o território brasileiro foi constituído através de doações de grandes extensões de terras à particulares baseadas na lógica da concentração de terra, que tem seus pilares na política de acesso a terra através, primeiramente, da distribuição das capitanias hereditárias e, posteriormente, da distribuição de sesmarias e datas. Essa herança de distribuição e concentração da terra representa a origem da maioria dos latifúndios do país. (STÉDILE, 1997).

Nessa mesma direção, as palavras de Prado Junior (1981) sintetizam a problemática em torno da organização territorial:

É preciso distinguir dois setores cujo caráter é inteiramente diverso. De um lado, a grande lavoura, seja ela do açúcar, do algodão, do tabaco, ou de alguns outros gêneros de menos importância, representada pelos grandes proprietários, latifundiários que se destinam todos ao mercado externo. Do outro, a agricultura de subsistência, representada pelos pequenos proprietários, cuja produção é destinada à manutenção da população do país, ao consumo interno. (PRADO Jr., 1981, p.142).

Ainda sobre essa temática, Andrade (2002) afirma que ao lado da produção nobre, desenvolveram-se, em pequenas propriedades situadas em trechos menos férteis ou de mais difícil acesso, as chamadas pequenas lavouras, destinadas ao autoconsumo e à comercialização local e regional.

Modernização da Agricultura

Com o início da urbanização e da industrialização, nos anos 50-60, o segmento industrial aos poucos ganhou destaque, dando origem a uma “organização sócio-espacial e sócio-econômica, cujo traço característico era a descontinuidade espacial dos diversos complexos econômico-sociais que se formaram desde o período colonial.” (PORTO GONÇALVES, 2002, p.315)

No que se refere ao processo de modernização da agricultura, esta se concretizou através da “Revolução verde”, que corresponde à difusão e à adoção

do “pacote” de insumos industriais, tais como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes e mudas, mecanização, além de créditos, obras de infraestruturas, serviços de extensão e treinamento e, também, a reorganização dos mercados agrícola. (PLOEG, 2006) Já Brum e Trennepohl (2004, p.26-27) afirmam que “a modernização da agricultura, compreende mudanças nos métodos e técnicas de produção, na utilização de máquinas, equipamentos e insumos químicos, e nas relações sociais de produção.”

Ainda de acordo com Ploeg (2006), a modernização da agricultura implicou no aumento significativo da escala de produção e redução na absorção de trabalho agrícola, além de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva, que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho. A modernização, que ocorreu no Brasil, exigiu produção e instalação de sistemas técnicos que substituem o meio natural por um meio técnico-científico, a fim de adaptar o território aos projetos de urbanização, industrialização e modernização agrícola. (SANTOS, 1997) Nessa mesma direção, Brum e Trennepohl (2004) afirmam que as novas tecnologias pouco a pouco foram tomando lugar da mão-de-obra humana e das técnicas rudimentares, em que os instrumentos de trabalho e de fabricação caseira ou local foram sendo substituídos por máquinas complexas, sofisticadas e de alto valor.

Assim, Graziano da Silva (1998, p.22) afirma que a modernização da agricultura contribuiu para que “o capital tenha no progresso técnico, que nada mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria natureza”. A modernização, principalmente da agricultura familiar, deu-se inter-relacionada à atuação dos complexos agroindustriais, cooperativas ou redes de comercialização. Dessa forma, a produção encontra-se subordinada através da obtenção de insumos e créditos ou de fornecimento de matérias-primas. Assim, a maioria dos agricultores familiares transformou-se em produtores tecnologicamente modernos, porém, nem por isso, perderam suas características de produtores familiares. (GERARDI e SALAMONI, 1994)

Na medida, porém, em que a produção familiar se moderniza e conseqüentemente se vincula aos processos de mercantilização da produção, de especialização das atividades e de modernização do processo produtivo, verifica-

se uma tendência de privilegiar o movimento de subordinação da agricultura. (WANDERLEY, 2009) Nessa mesma linha de pensamento, Tambara (1985) descreve que

a pequena propriedade é a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido a monocultura. Como há necessidade de plantar o máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba por abandonar a lavoura de subsistência. Assim, é relativamente comum ver - se agricultores em supermercado e armazéns no interior comprando batata inglesa, feijão, farinha de milho, etc., produtos que antigamente eram produzidos por ele. (TAMBARA, 1985, p. 77)

No Rio Grande do Sul, a modernização se deu devido ao enfraquecimento da policultura colonial e ao rápido processo de modernização e concentração industrial no Rio de Janeiro e em São Paulo. Brum (1988) salienta que

na década de 50, em meio a falência da policultura colonial praticada na pequena propriedade familiar, de um lado e, de outro lado, frente as necessidades do rápido processo de modernização e concentração industrial no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, encontra-se uma alternativa para a agricultura gaúcha continuar cumprindo sua função histórica de ajudar o processo de acumulação capitalista no Sudeste: a modernização. (BRUM, 1988, p.35)

Ainda de acordo com Brum (1988), o primeiro impulso significativo que se deu no Rio Grande do Sul, rumo à modernização, foi no início do século XX com a lavoura de arroz, que é um dos produtos essenciais na dieta alimentar do brasileiro, ocupando áreas de terras férteis de várzea do rio Jacuí e outros afluentes formadores do Guaíba. Essas terras foram subtraídas da original pecuária extensiva. Tal processo de modernização ficou restrito a essa cultura e localização, nem se estendendo para outras regiões tampouco se associando a outros cultivos.

No entanto, segundo Brum (1988), a implantação de um parque industrial moderno e sofisticado na Região Sudeste trouxe novas e amplas exigências em relação a agricultura, as quais o minifúndio colonial, com suas técnicas rudimentares, não apresentava condições de atender. Assim, o atraso da agricultura poderia inviabilizar o processo de industrialização e de acumulação capitalista nos padrões pretendidos. Desse modo, não conseguiria atender a

demanda crescente de alimentos para a população urbana nem liberar mão-de-obra em quantidade suficiente para atender a expansão da indústria e das demais atividades urbanas.

Dessa forma, era preciso modificar profundamente as técnicas de produção agrícola para colocar a agricultura, o mais rápido possível, em um novo patamar. Essa transformação vai ocorrer através da implantação da modernização conservadora da agricultura ou implantação do capitalismo no campo, tendo por carro-chefe a expansão da chamada “Revolução Verde” com maciços financiamentos externos concedidos inclusive pelo governo brasileiro para subsidiar a revolução agrícola.

A modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, de acordo com Brum (1988), teve início na década de 50, na Região do Planalto Gaúcho, com a lavoura de trigo, destinado ao mercado interno, com características muito semelhantes ao que havia ocorrido 50 anos atrás com a modernização da lavoura de arroz. Esse processo de modernização, entretanto, se expandiu para outras regiões e, também, se estendeu para outros produtos. Já na segunda metade dos anos 60, a modernização ampliou-se rapidamente e consolidou, com base principalmente na expansão da lavoura da soja, um cultivo que se destinou essencialmente a exportação. Nesse contexto, Brum (1988) salienta que

ao Rio Grande do Sul coube, mais uma vez, uma função subalterna, destinada a desenvolver uma monocultura de exportação para auxiliar o processo de acumulação capitalista no centro hegemônico do país, a Região Sudeste. Ao aceitar o papel de desenvolver a monocultura, relegou a policultura a um plano secundário e passou a ser importante consumidor, não só de automóveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, mas também de hortigranjeiros, produzidos em São Paulo. (BRUM, 1988, p.37)

Assim, percebe-se que o Rio Grande do Sul, desde o início da modernização da agricultura, priorizou os produtos que fazem parte da monocultura, e destinados a exportação, e da policultura, que serve para manter as necessidades alimentares da população local – que ficou relegada a um segundo plano.

Nesse contexto, além da agricultura gaúcha ser baseada majoritariamente na monocultura, trouxe uma série de consequências negativas para sua população. Conforme Tambara (1985), um dos fenômenos que mais alterou a

fisionomia do estado foi o processo de "modernização" que se instalou no setor agrícola a partir, principalmente, da década de 50. Essas modificações acarretaram vários pontos negativos que, de acordo com o autor, principalmente em termos sociais e ambientais, destacam-se:

- O êxodo rural ou migração rural-urbana, que acarretou um quadro tipicamente de sociedade subdesenvolvida, pois os centros urbanos não possuem condições de absorver este contingente populacional tanto em termos de emprego como em termos de infraestrutura de habitação, água, condições médico-sanitárias.

- A possível redução na produção de alimentos, pois na medida em que o governo privilegia alguns produtos, os de exportação, os produtos destinados ao consumo da população em geral, como, por exemplo, feijão, mandioca, etc., passam a ser desprezados pelo agricultor capitalista, já que a tendência do capital é alocar seus recursos naqueles ramos mais rentáveis.

- A degradação do meio ambiente através da decorrência das práticas agrícolas utilizadas atualmente que privilegiam a modernização do setor agrícola através do uso intensivo de máquinas e insumos modernos. O principal problema é o da poluição química, que pode ocorrer nos mananciais e nos próprios produtos, causada principalmente pela utilização de agrotóxicos.

- A dependência ou subordinação do setor agrícola ao setor industrial e financeiro, pois cada vez mais a produção agrícola vincula-se aos interesses dos produtores de maquinários, inseticidas, fertilizantes e, também, à subordinação através da integração agroindustrial. O agricultor transforma-se, dessa forma, num "proletário a domicilio", isto é, ele detém apenas "formalmente" a posse dos meios de produção.

- Erosão do solo, visto que o acesso a novos equipamentos e insumos é facilitado pela possibilidade que o crédito agrícola propicia ao agricultor que, por sua vez, utiliza-se tais insumos de forma inadequada ou exagerada.

- Por fim, a concentração da propriedade, pois na medida em que há uma inviabilidade econômica das pequenas propriedades, estas são adquiridas por pessoas de posses que, assim, aumentam seu patrimônio, liberando parte da população do campo.

Graziano da Silva (1982, p.29) diz que “o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüência a deterioração da distribuição de renda no setor agrícola.” Esse mesmo autor afirma que a produção de renda fica relegada aos estabelecimentos impossibilitados de adquirir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que, basicamente, produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado.

Complexos Agroindustriais

Nos anos 70, conforme Guanziroli (2009), o processo de modernização agrícola substituiu o crescimento extensivo pela incorporação de terra e mão-de-obra. Já nos anos 80, o processo de modernização aprofundou a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem – formando o que chamamos de complexos agroindustriais. O complexo agroindustrial, de acordo com Muller (1989, p.23), é definido como “uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias”. O mesmo autor ainda diz que os complexos agroindustriais podem ser definidos como

um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MULLER, 1989, p.45)

Assim, Muller (1989) afirma que, no final dos anos 70, as relações entre indústria e agricultura apresentavam um elevadíssimo grau de integração entre os setores e que a produção agrária, além de depender das solicitações do mercado, depende de um conjunto de indústrias que tem na agricultura o seu mercado. A agricultura não depende apenas das agroindústrias, do mercado interno e de exportação, mas também da indústria produtora de insumos e máquinas. Já Montoya e Guilhoto (2001) salientam que a formação dos complexos

agroindustriais - CAI'S - ocorreu para que a agricultura deixasse de ser um setor econômico distinto e passasse a se integrar à dinâmica da produção industrial.

Assim, Poltroniéri e Souza (1989) afirmam que a própria agricultura passou por um processo de redefinição de suas funções de acordo com os modos de produção desenvolvidos pelo homem. Com isso, a agricultura passou a se constituir com mais afinco em um mercado para os produtos industrializados e as alterações, na forma de organizar a produção, passam a ser externas ao setor agrícola, isto é, as decisões sobre o que, quanto e onde produzir são tomadas fora desse setor produtivo.

Nesse mesmo sentido, Muller (1989) afirma que a agricultura brasileira está subordinada ao capital e que a indústria dissemina seus excedentes sobre a agricultura simplesmente por ela existir e, também, pelo fato de existir um parque industrial antes (industrialização da agricultura) e depois (agroindústrias) da agricultura – que se encontra absolutamente submetida aos ditames da indústria, do capital financeiro e do Estado.

Agricultura familiar

Nos anos 90, as expressões: pequena agricultura, pequena produção, pequeno produtor, pequeno agricultor, pequena propriedade, entre outras, foram substituídas pela expressão agricultura familiar. Tal fato se deve pela série de estudos realizados, pelo INCRA e pela FAO, que construíram um conceito de produção familiar levando em conta as relações sociais de produção e não a relação restrita aos limites de área e de valor da produção. Assim, Guanziroli (2009) define a agricultura familiar como aquela cuja direção dos trabalhos é exercida pelo produtor responsável e em que o trabalho familiar, superior ao trabalho contratado, é praticado em extensões de terras que a família pode explorar com trabalho próprio aliado à tecnologia que dispõe.

Nessa mesma direção, Basso e Neto (2005) definem a agricultura familiar como

aquela que funciona baseada fundamentalmente no trabalho dos membros da família. Trabalhadores externos podem estar presentes, desde que de forma eventual. Podem assim estar presentes trabalhadores assalariados ou não, cujo tempo de trabalho seja menor que o da soma dos membros da família. O apoio externo pode dar-se

também sob a forma de empreitada, mutirão ou contrato de parceria. (BASSO E NETO, 2005, p. 50)

A agricultura familiar tem sido a grande responsável pela produção de alimentos dos brasileiros. No entanto, até 1996 estava à margem das políticas públicas, quando então foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), cuja meta é financiar projetos individuais ou coletivos com o intuito de gerar renda, aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com taxas de juros reduzidas.

A Lei nº 11.326 (2006) define agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aqueles que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O censo agropecuário de 2006, para realizar seu estudo, adotou o conceito de agricultura familiar conforme a lei nº 11.326.

Já Lamarche (1998) faz uma diferenciação dos tipos ou modelos de agricultura. Dessa forma, são apresentados quatro modelos:

- **Modelo Empresa:** caracteriza-se por relações de produção pouco (ou não) familiares e fortemente dependentes, nas quais o estabelecimento é pensado como uma empresa cujas metas fundamentais são produzir para vender e realizar, se não um lucro, pelo menos um faturamento suficiente para remunerar corretamente sua força de trabalho. Esse modelo de agricultura está pouco ligado ao patrimônio familiar, visto que o proprietário utiliza parte das terras para produzir e grande parte da propriedade é arrendada. No entanto, o trabalho familiar está bastante presente, mas se resume basicamente ao responsável pelo estabelecimento, que é geralmente o que gerencia as atitudes.

- **Modelo Empresa Familiar:** a organização do trabalho estrutura-se em torno da mão-de-obra da família. O patrimônio é uma noção exclusivamente familiar, ou seja, a família dá grande importância para a propriedade. O futuro da unidade de produção é pensado em termos de reprodução familiar, no qual o responsável pelo estabelecimento é muito dependente do exterior. Mesmo que num quadro familiar a produção do estabelecimento seja pensada em termos de renda agrícola e o trabalho em termos de salário, as noções de remuneração e de produtividade do trabalho são completamente presentes nesse modelo. Na localidade da Favila pode-se dizer que esse modelo se sobressai, pois a propriedade se constitui como um espaço de produção a partir de realidades econômicas, sociais e políticas e, também, como um espaço de vida. Isto é, os agricultores dão um grande valor à terra, que é seu patrimônio, mas também são extremamente dependentes do exterior, visto que praticamente todos os agricultores mantêm uma forte relação com o mercado, mais precisamente com as agroindústrias, através dos produtos relacionados ao fumo e ao leite.

- **Modelo Agricultura de Subsistência:** define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Tal modelo é composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, cujo objetivo primordial é satisfazer as necessidades do grupo familiar. Procura-se conservar estruturas que permitam a manutenção e sobrevivência do grupo doméstico.

- **Modelo Agricultura Familiar Moderna:** estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica que, de um lado, busca uma diminuição constante do papel das famílias nas relações de produção e, de outro, busca uma maior autonomia possível. Esse modelo representa um modo de funcionamento que teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas e das dependências técnico-econômicas.

Na agricultura familiar, os agricultores têm um apego pela terra e a consideram, além de um espaço de trabalho, um espaço de vida capaz de guardar a memória da família.

No entanto, Basso e Neto (2005, p.89-90) afirmam que “atualmente a

agricultura familiar apoia-se na agroindústria e é derivado do processo de alteração dos padrões de consumo que acompanham a acelerada urbanização”.

Produção para autoconsumo

A produção para o autoconsumo, conforme Gazolla e Schenider (2007, p.90), é definida como “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades” e continua presente na organização interna das unidades produtivas familiares. Já Ortega (1995) define autoconsumo como

[...] las actividades agrícolas de subsistencia o las reparaciones e incluso la construcción de la vivienda, en definitiva, todas aquellas actividades que sustituyen o completan el repertorio de necesidades del grupo cuando no pueden ser satisfechas a través del mercado. (ORTEGA, 1995, p.69)

Esta produção para o autoconsumo, também denominada consumo doméstico, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao consumo interno das unidades produtivas. O seu valor de uso, e não o valor de troca, é o que caracteriza a sua permanência. (GRISA e SCHNEIDER, 2008).

Assim, a produção para autoconsumo continua sendo uma estratégia de reprodução social entre as unidades familiares. Grisa e Schneider (2008) afirmam que a produção de alimentos para o consumo doméstico faz parte de um modo de organizar a produção que caracteriza a sociabilidade e a identidade cultural desses agricultores.

3.2. Modernização da Agricultura Brasileira

A transformação da agricultura modificou profundamente a forma de produzir, pois o agricultor passou a utilizar a rotação de culturas e, com isso, foi possível adotar tanto práticas agrícolas como pecuária. Dessa maneira, o produtor, além de ter alimentos como o feijão, a batata, os hortifrutigranjeiros, entre outros, passou a ter a sua disposição produtos de origem animal, como, por

exemplo, a carne, o leite, a manteiga, o queijo, a pele, a lã, além da tração animal e do esterco. Mesmo assim, o solo continuou se deteriorando. Esse fato caracteriza a Primeira Revolução Agrícola.

Nos séculos XIX e XX houve um grande avanço tecnológico em que foram realizadas descobertas científicas que distanciaram a produção animal da produção vegetal. Com a modernização agrária, surgiram os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna. Com isso, houve um maior aperfeiçoamento de agricultura e, assim, marca-se o início de uma nova etapa, a Segunda Revolução Agrícola.

Com a modernização, a agricultura passou a utilizar uma grande quantidade de insumos industriais, maquinarias e crédito com o intuito de se manter dentro do contexto dos novos padrões reguladores da economia que, segundo Ehlers (1999), se denominaria agricultura convencional ou clássica, intensificada após a Segunda Guerra Mundial. Na década de 70 essa modernização, de acordo com Ploeg (2006), provocou um considerável aumento da escala de produção e reduziu a absorção de trabalho braçal agrícola, além de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva, que tomou o lugar das formas de intensificação fundadas no trabalho.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, o impulso do processo de modernização da agricultura levou à convivência entre uma agricultura tradicional não-industrializada, os complexos agroindustriais e o movimento de expansão horizontal da fronteira agrícola com importante atuação regulatória estatal no processo de integração de capitais e constituição de grupos econômicos.

Diante disso, é possível identificar estratégias sociais e produtivas, voltadas para a construção e fortalecimento da autonomia, e sua particular interação com o processo de mercantilização e externalização da produção. Sobretudo em virtude de tais estratégias poderem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção do trabalho e na rentabilidade das atividades, a despeito e para além do poder de padronização econômica, social e tecnológica exercida não somente por agentes de fornecimento de insumos e processamento e comercialização de produtos agropecuários, mas, ainda, por diversas agências estatais e cooperativas. (NORDER, 2006).

Devido a modernização agrária, muitos agricultores se integram aos

complexos agroindustriais para poder se reproduzir social e economicamente justamente porque houve uma grande alteração na base técnica no desenvolvimento da indústria fornecedora de insumos e processadora de alimentos. No entanto, o principal instrumento usado para promover a industrialização foi o crédito agrícola, que beneficiou principalmente os latifundiários que, dessa forma, puderam aumentar a área de sua propriedade, ocupar as terras mais férteis, investir em pesquisas, tecnologia e assistência técnica aumentando, assim, a produtividade e produzindo basicamente para o mercado externo ou agroindústria. Enquanto isso restou aos agricultores familiares terras pouco férteis, mão-de-obra familiar, utilizando-se de práticas tradicionais, e a produção voltada para o abastecimento do mercado interno a baixos preços.

No entanto, a modernização da agricultura trouxe sérias consequências ao meio rural, tanto do ponto de vista técnico-econômico (através do novo padrão tecnológico adotado), quanto das transformações nas relações dos sistemas de produção existentes no setor agrícola, além das modificações impostas às relações sociais de trabalho e, também, à degradação do meio ambiente.

Assim, nas últimas décadas, devido à evolução da tecnologia, ou seja, a modernização dos processos agrícolas, a agricultura facilitou e propiciou maior rendimento da produção e levou os agricultores a se integrarem aos complexos agroindustriais e a produzirem o que lhe é mais rentável, tendo a comercialização garantida pela indústria.

No entanto, Lamarche (1998) afirma que essa facilidade de interação dos agricultores com o mercado leva-os à fragilidade e à dependência, conforme segue:

Os agricultores mais envolvidos e dependentes do mercado são precisamente os mais fragilizados pela própria crise do mercado; em consequência, o recurso ao autoconsumo e à reutilização de produtos na unidade de produção, a redução do endividamento financeiro, as práticas de ajuda mútua, longe de significar um atraso tecnológico dos agricultores, constituem estratégias, de forma extremamente variada de adequação a estas mesmas condições adversas do mercado. (LAMARCHE, 1998, p.14)

Assim, na medida em que a produção familiar se moderniza e, conseqüentemente, se vincula aos processos de mercantilização da produção, de

especialização das atividades e de modernização do processo produtivo, verifica-se uma tendência a privilegiar o movimento de subordinação e a negar a validade das pesquisas que reconhecem a importância de um movimento interno à unidade de produção familiar. (WANDERLEY, 2009)

A modernização da agricultura promoveu a integração entre esta e os segmentos das indústrias de máquinas e insumos agrícolas e agroindustriais. Assim, surgiu a formação dos complexos agroindustriais – CAI'S que ocorreu para que a agricultura se integrasse à produção industrial e fornecesse ajuda aos agricultores menos capitalizados, no caso os agricultores familiares. A partir da constituição dos CAI's, o desenvolvimento da agricultura passa a estar atrelada ao desenvolvimento industrial e a agricultura passa a ser um elo de uma cadeia agroindustrial, não podendo mais ser encarada como um setor independente. (SIMCH, 2002)

Dessa forma, a agricultura passou por um processo de redefinição de suas funções de acordo com os modos de produção desenvolvidos pelo homem. Assim, a agricultura se constituiu como um mercado para os produtos industrializados e as decisões de como organizar a produção são tomadas fora do setor produtivo.

No entanto, mesmo com essa integração aos CAI's, os agricultores não deixaram de produzir os alimentos para o autoconsumo. Nesse sentido, Moura e Salamoni (2011) afirmam que

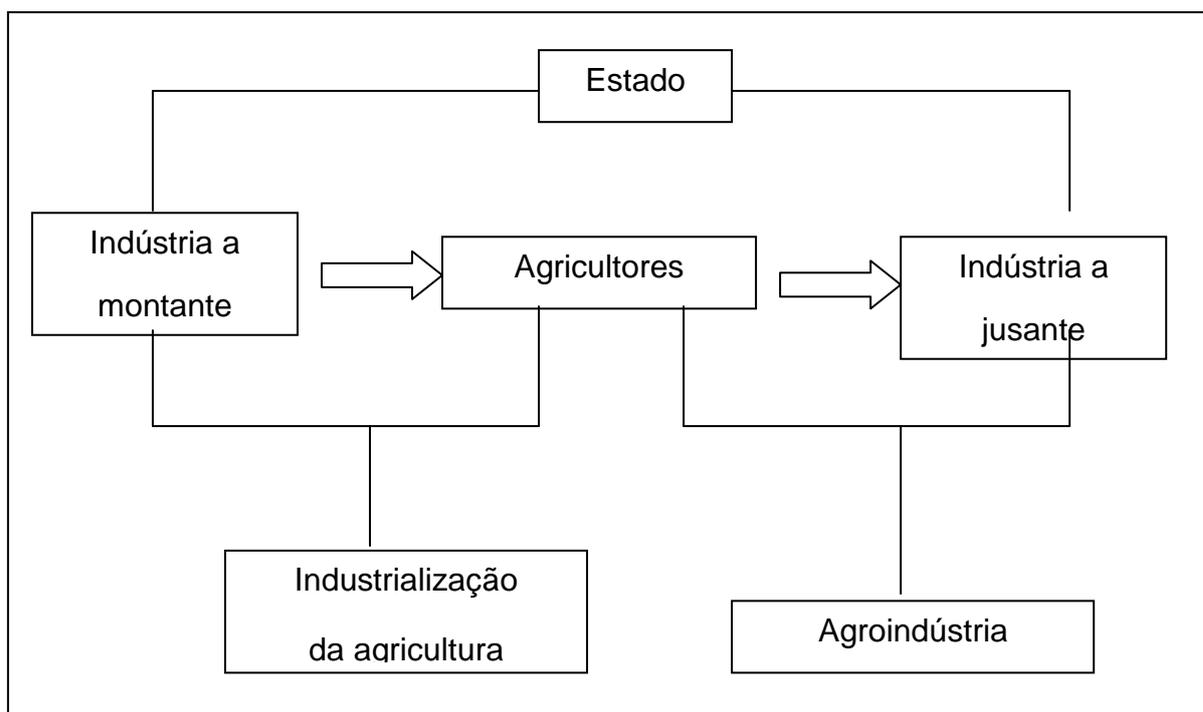
com a integração, os agricultores familiares não deixaram de produzir os alimentos historicamente cultivados pelas famílias, por isso, essa modalidade representa a preservação da identidade cultural – por meio da manutenção dos saberes herdados dos antepassados – além de significar uma maior autonomia no abastecimento interno das unidades familiares e uma menor dependência em relação ao mercado desses produtos. Mesmo com as transformações que ocorreram com a modernização, estas não produziram uma ruptura total e definitiva com as formas tradicionais de organização dos sistemas agrícolas, baseados na diversificação de produtos para o consumo doméstico combinado com a especialização para o mercado. (MOURA, SALAMONI, 2011, p.250)

Assim, percebe-se que os agricultores familiares se integraram aos CAI's por representar uma forma de garantia de venda de sua produção para o mercado. Nesse contexto, Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) afirmam que,

nos anos 80, sustentava-se que esse processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”.

Esses complexos agroindustriais podem ser representados da seguinte forma, de acordo com os seus segmentos formadores:

Figura 01- Representação gráfica dos segmentos formadores dos complexos agroindustriais:



Fonte: MULLER 1989, p.61-62, adaptado pela autora (2012).

Na figura 01, a indústria a montante é aquela que fornece os insumos, sementes e maquinários para os agricultores. Já a indústria a jusante é a que compra os produtos dos agricultores e faz a transformação e o beneficiamento. A junção da indústria montante com os produtores rurais integrados resulta na industrialização da agricultura, já que os agricultores, para se adaptarem as regras ditadas/impostas pelo mercado, são obrigados a adquirirem os produtos da indústria a montante, até mesmo para aumentar a produtividade e a “qualidade” dos produtos. Já a junção dos produtores rurais com a indústria a jusante resulta na agroindústria, que transforma os produtos in natura ou primários em produtos industrializados, agregados de valor.

Nesse mesmo contexto, Muller (1981) salienta que o complexo agroindustrial é uma unidade de análise em que a agricultura se vincula à indústria de dupla maneira: com a agricultura de máquinas e insumos, que tem seu mercado na agricultura, e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas, na qual a primeira pode ser designada de indústria para a agricultura ou industrialização da agricultura e a segunda de agroindústria (unidade produtiva que transforma o produto agropecuário para a utilização intermediária ou final).

3.3. Produção familiar e organização do trabalho

A agricultura familiar é constituída por pequenos produtores de caráter familiar e representa a maioria de produtores rurais no Brasil. No entanto, a agricultura familiar não é uma categoria social recente, mas, atualmente, assume ares de novidade e renovação com um novo personagem, diferente do camponês tradicional que teria assumido sua condição de produtor moderno. (WANDERLEY, 2009) Nos anos 90, as expressões: pequena agricultura, pequena produção, pequeno produtor, pequeno agricultor, pequena propriedade, entre outras, foram substituídas pela expressão agricultura familiar.

O conceito de agricultura familiar é definido por vários autores, tais como Wanderley (2009), que afirma que esse termo seria entendido como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Já Lamarche (1998) afirma que a agricultura familiar nas sociedades modernas é uma realidade multiforme e essa diversidade resulta na sua capacidade de adaptação à contextos sociais e políticos dos mais diversos.

Ainda há outra importante definição de agricultura familiar criada por Lamarche (1993), para esse autor,

(...) a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15)

Já Guanzioli e Cardin (2000) definem agricultura familiar como aquela em que a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor e em que o trabalho familiar, superior ao trabalho contratado, é praticado em extensões de terras que a família pode explorar com trabalho próprio aliado à tecnologia que dispõe.

Em todas as definições de agricultura familiar, existe um consenso de que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar e pela propriedade dos meios de produção. Assim, a agricultura de propriedade familiar se caracteriza por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido pelos proprietários em uma área relativamente pequena. (MARAFON, 2009)

Desse modo, percebe-se que a agricultura familiar é uma categoria autônoma que não depende exclusivamente do mercado para se autorregular ou ser autossuficiente, pois é o agricultor, que é proprietário da terra, e sua família quem são os membros que produzem e não dependem de mão-de-obra extrafamiliar. Nessa mesma direção, Simch (2002) afirma que

a agricultura familiar se justifica pela capacidade que apresenta essa forma de produção de auto financiar-se, gerar empregos e renda com baixos investimentos e, principalmente, pela sua capacidade de produzir alimentos causando menor impacto ambiental. (SIMCH, 2002, p.26)

Na unidade familiar de produção, o produtor e sua família são, ao mesmo tempo, proprietários, trabalhadores e administradores de sua propriedade – o que determina a esses estabelecimentos um tipo peculiar de relacionamento entre capital e trabalho.

A unidade de produção familiar tem grande possibilidade de enfrentar crises, e se manter no processo produtivo, pois sendo o proprietário e sua família que trabalham, são eles os responsáveis pela preservação e ampliação de seu patrimônio, bem como pela reprodução social da unidade. Assim, o produtor familiar desempenha-se de maneira especial em tratos culturais adequados, em técnicas preservacionistas, e em todo o tipo de conhecimento que lhe estiver disponível, em busca da melhor forma de produzir, e de conservar sua terra, visando sempre o máximo bem estar de sua família, (SIMCH, 2002, p.48)

Assim, a família, ou o agricultor familiar, é considerada uma unidade social e não apenas uma unidade produtiva que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um

pedaço de terra, “situada” num território com determinadas características sociais, econômicas, culturais e ambientais. A reprodução socioeconômica dos agricultores está relacionada à geração de trabalho e renda que permita às famílias se manterem no campo e em condições dignas, pois a agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias no Brasil.

Já Grisa e Schneider (2008) salientam que o tempo de trabalho, a mão-de-obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e esses, por sua vez, disputam espaço com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade.

Assim, de acordo com Wanderley (2009), em sua grande diversidade os agricultores familiares têm feito sua parte, tendo em vista que acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vistas, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas.

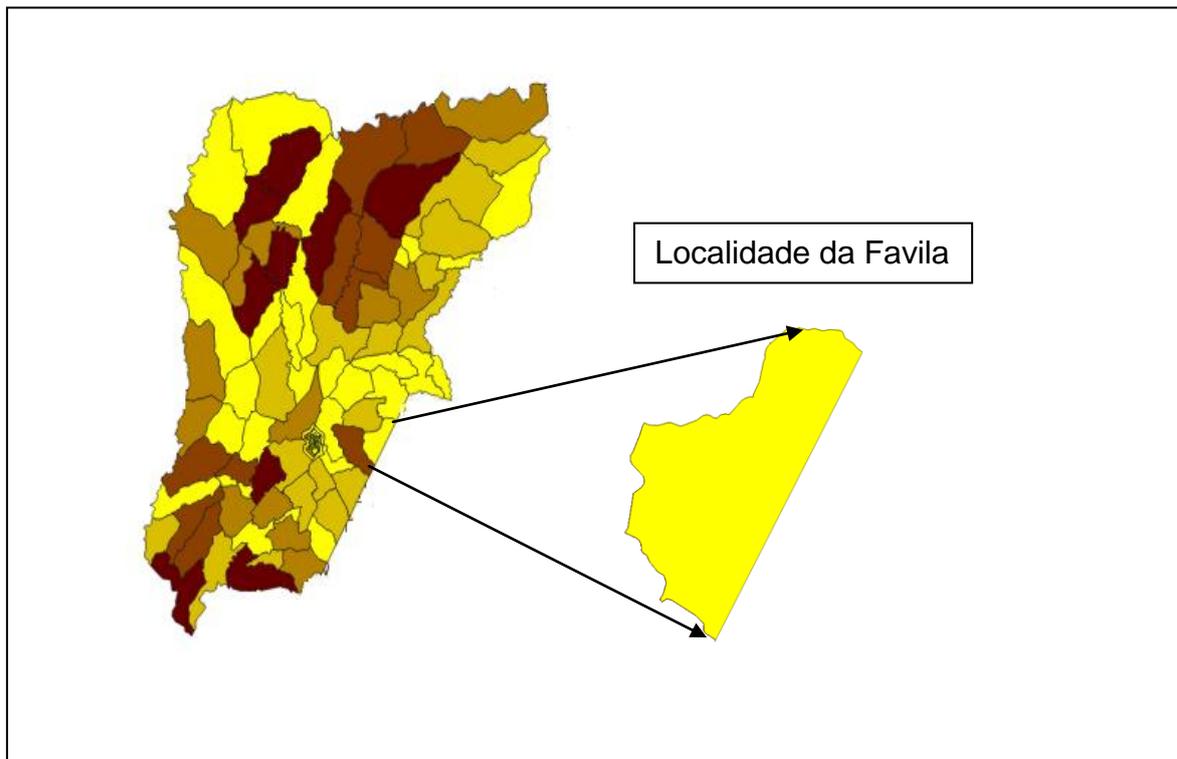
4. ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA E SISTEMAS DE PRODUÇÃO ENCONTRADOS NA LOCALIDADE DA FAVILA – CANGUÇU/RS

Para compreender a agricultura familiar da localidade da Favila e identificar os principais sistemas agrários é imprescindível que se conheça um pouco sobre os aspectos geográficos, históricos, socioeconômicos e a estrutura fundiária do município de Canguçu/RS, bem como alguns dados da localidade em estudo.

Aspectos geográficos

O município de Canguçu está localizado na região sul do Rio Grande do Sul, pertencendo a microrregião de Pelotas (IBGE, 2006) e ao Corede Sul (SCO/RS, 2005). O município está situado a aproximadamente 274 km de Porto Alegre e a 55 km de Pelotas. Sua sede fica a 386 m de altitude e suas coordenadas geográficas do ponto central são 31°23'42" de latitude Sul e 52°40'33.6" de longitude Oeste. Limita-se ao norte com os municípios de Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal; ao sul com Cerrito; a leste com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul e a oeste, com Piratini, conforme pode ser visualizado no mapa a seguir:

Figura 03- Divisão do município de Canguçu por localidades



Fonte: IBGE, 2010 adaptado pela autora (2012).

Conforme mapa 03 pode-se verificar que o município de Canguçu é composto por 81 localidades, sendo que cada uma delas possui características específicas. Já a localidade da Favila, que é objeto de estudo deste trabalho e está ilustrada acima no mapa, encontra-se a 18 quilômetros de distância do centro da sede do município de Canguçu.

Aspectos históricos

O município de Canguçu está localizado na Serra dos Tapes e do Herval que, assim como os demais municípios situados nessa região, são os mais antigos do Rio Grande do Sul. A serra dos Tapes, onde está localizado o município, recebeu esse nome devido a seus primeiros habitantes: Os índios Tapes.

Em 1763, durante a invasão do exército espanhol, os povos açorianos que habitavam os atuais municípios de Pelotas e Rio Grande buscaram proteção nas terras pertencentes à Canguçu e se instalaram formando pequenas colônias.

As terras de Canguçu foram bastante povoadas em função do conflito entre espanhóis e açorianos, conforme destaca Bento (1983):

Os vastos campos superiores deste rio (o Jacuí) até o rio Camaquã e mais além (caso do município de Canguçu) achei todos tomados por posses e animais, sem terem ordem para isto, antes a tinha dado em contrário, de sorte que os vassallos obedientes ficaram sem campos por esperarem que legitimamente se lhe conferissem e os que não são obedientes tomaram todos os campos. (BENTO, 1983, p.23).

Assim, no ano de 1777 foram distribuídas as sesmarias. A sede iniciou seu povoamento em 1739. Em primeiro de janeiro de 1800, foi lançada a pedra fundamental da Capela de Nossa Senhora da Conceição, onde mais tarde seria o município de Canguçu. No entanto, o município sofreu pela segunda vez, quando suas terras foram palco de lutas da Guerra dos Farrapos.

Em 1812, Dom João elevava o povoado à condição de freguesia. Já em 1857, a lei provincial 340 elevou o povoado à condição de vila anexando os distritos que constituíam a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Cerrito, criando o município de Canguçu. O município já foi dividido em vários distritos com designações diferentes.

Mesmo com a chegada e fundação dos primeiros núcleos açorianos, no início do século XX, Canguçu ainda possuía uma grande parte de suas terras pouco povoadas. Já nas duas primeiras décadas do século XX, chegaram os colonos, constituídos de pomeranos e italianos provenientes das colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul. As novas colônias instaladas no município se dedicaram a policultura (feijão, milho, hortifrutigranjeiros, batata doce, batata inglesa, amendoim, entre outros produtos) associada à criação de animais, instalando, assim, nesse município a agricultura familiar.

No entanto, em 1959, os distritos de Freire e Cerrito, que foram uma das divisões do município, foram transferidos de Canguçu para o novo município de Pedro Osório, havendo uma diminuição em sua área territorial. (BENTO, 1983)

Aspectos socioeconômicos

O município de Canguçu, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), em 2010, possuía uma população de 53.259 habitantes, sendo 36,98% residentes no espaço urbano e 63,02% no espaço rural. Possui uma área de 3.525.309 km² com uma densidade demográfica de 15,11 hab/km².

O Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD, 2003) elaborou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Esse índice leva em conta três variáveis principais: renda, longevidade e instrução. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Usualmente, os valores são divididos em três faixas: até 0,499 considera-se desenvolvimento baixo; entre 0,500 a 0,799 o desenvolvimento é considerado de nível médio; a partir de 0,800 considera-se alto desenvolvimento.

Foi calculado para o município, no ano de 1991, o IDH-M de valor 0,663; e em 2000, o valor de 0,743. Canguçu, em 2000, tinha o terceiro menor IDH-M, considerando todos os municípios vizinhos em que possui limites, apesar da comparação entre 1991 a 2000 em que o município possui o maior crescimento (12%). Em comparação ao IDH do estado, que em 1991 era de 0,753 e, em 2000, alcançou 0,814, Canguçu manteve-se distante. (PNUD, 2003)

Dos 5.507 municípios que estavam elencados na tabela do ranking do IDH dos municípios do Brasil, em 2000 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o município de Canguçu ocupava a 2066^o posição, ficando atrás da maioria dos municípios vizinhos. No quadro nº01 pode ser observado o ranking do IDH do município de canguçu e os municípios vizinhos.

Quadro 01 - IDH do município de Canguçu e municípios limítrofes a Canguçu em 1991 e 2000 no contexto brasileiro

Posição	Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM-renda 1991	IDHM-renda 2000	IDHM-longevidade 1991	IDHM-longevidade 2000	IDHM-educação 1991	IDHM-educação 2000
279	Pelotas	0,768	0,816	0,701	0,748	0,736	0,777	0,868	0,922
1138	São Lourenço do Sul	0,728	0,777	0,654	0,686	0,736	0,777	0,793	0,868
1326.	Morro Redondo	0,703	0,77	0,601	0,683	0,736	0,777	0,771	0,851
1579	Encruzilhada do Sul	0,677	0,76	0,615	0,672	0,694	0,78	0,723	0,829
1704	Piratini	0,67	0,756	0,57	0,65	0,753	0,78	0,686	0,838
1720	Cristal	0,718	0,755	0,659	0,65	0,771	0,795	0,723	0,819
2066	Canguçu	0,663	0,743	0,586	0,638	0,693	0,777	0,709	0,813
2126	Cerrito	0,672	0,741	0,601	0,626	0,693	0,777	0,722	0,821
2483	Amaral Ferrador	0,644	0,727	0,589	0,643	0,686	0,73	0,656	0,809

Fonte: PNUD, 2003, adaptado pela autora (2012).

Assim, pode-se perceber que apesar de Canguçu ter aumentado o IDH nos últimos anos, ainda ocupava, em 2000, uma posição desprivilegiada se comparado aos demais municípios vizinhos, que possuíam um IDH melhor que o município em estudo. Merece especial destaque o município de Pelotas por apresentar um IDH-M bem melhor que os municípios vizinhos e uma classificação significativa se comparado aos demais municípios do Brasil.

Ainda pode-se destacar que o município de Canguçu apresenta uma composição social e produtiva baseada na agricultura familiar policultora, tanto para o autoconsumo quanto para o mercado. Destaca-se uma diversificação produtiva como, por exemplo, o fumo, o pêssego, o feijão, o milho, a batata inglesa, entre outros, além da pecuária de corte e de leite. Caracteriza-se pela predominância do trabalho familiar, da utilização da mecanização na agricultura, em alguns casos, e da mão-de-obra familiar.

Estrutura fundiária

Devido às dimensões físicas dos municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul, onde está inserido o município de Canguçu, as diferenças entre os distritos e principalmente entre as localidades são bastante significativas. De acordo com os censos agropecuários realizados entre o período de 1970 a 1996, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no período de 1970 a 1996, os estabelecimentos rurais classificam-se em quatro estratos de área e é possível verificar uma predominância dos estabelecimentos que possuem entre 10 a 100 hectares no período mencionado, conforme mostra o quadro 02.

Quadro 02 – Estabelecimentos rurais no município de Canguçu e percentual de área

Grupos de área (ha)	1970 % est	1970 % área	1980 % est	1980 % área	1985 % est	1985 % área	1995 % est	1995 % área
Menos de 10	35.74	35.76	28.98	4.3	27.72	4.92	27.51	4.42
10-100	60.54	60.57	66.32	50.00	67.98	51.12	67.19	49.84
101-1000	0.34	3.49	4.48	34.40	4.1	34.39	5.02	34.45
1000 ou mais	0.18	0.18	0.22	11.30	0.20	9.57	0.28	11.29
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: ITEPA, IBGE Censo Agropecuário 1970, 1980, 1985, 1995.

Ainda conforme o quadro 02, pode-se perceber que no município de Canguçu existe um número significativo de propriedades com menos de 10 hectares. Também, se verifica que não existe um número expressivo de propriedades com 1000 hectares ou mais. Dessa forma, percebe-se que o município é formado por pequenas propriedades, onde predominam a agricultura familiar policultora (com a produção de alho, amendoim, arroz, batata doce, batata inglesa, cebola, cevada, feijão, fumo, laranja, maçã, mandioca, melancia, milho, pêssego, soja, sorgo, tomate, uva, entre outros), conforme se apresenta no quadro 03.

Quadro 03 – Principais lavouras no município de Canguçu em 2008

Produto	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção (t)
Alho	150	150	3.000	450
Amendoim	120	120	1.000	120
Arroz de Cerqueiro	40	40	3.500	140
Arroz Irrigado	740	740	6.300	4.662
Batata-doce	500	500	8.000	4.000
Batata inglesa	800	800	10.000	8.000
Cebola	1.000	1.000	6.000	6.000
Cevada	418	418	2.200	920
Feijão	4.200	4.200	240	1.008
Figo	80	80	2.400	192
Fumo	7.906	7.906	2.093	16.547
Girassol	140	140	1.800	252
Goiaba	3	3	5.333	16
Laranja	240	240	10.000	2.400
Limão	7	7	8.714	61
Maça	3	3	10.000	30
Mandioca	10	10	8.000	80
Marmelo	1	1	3.000	3
Melancia	40	40	8.000	320
Melão	30	30	4.000	120
Milho	25.000	25.000	1.800	45.000
Pêssego	2.600	2.600	7.000	18.200
Soja	10.000	10.000	1.800	18.000
Sorgo	10	10	2.400	24
Tangerina	47	47	9.574	450
Tomate	100	100	40.000	4.000
Trigo	1.000	1.000	1.800	1.800
Uva	20	20	5.000	100

Fonte: ITEPA, (2006).

Nesse contexto, os produtos que ocupam a maior área plantada são a soja, o pêssego, o milho, o fumo, o feijão, o trigo e a cebola que ocupam mil há, ou mais, com destaque para o milho, ocupados com uma área de 25 mil hectares, seguidos pela soja com 10 mil ha e o fumo com 7.906 hectares – sendo os dois últimos cultivados basicamente para a comercialização. Dessa forma, percebe-se o quanto esses produtos destinados ao comércio ocupam um espaço de destaque no município de Canguçu.

Para obter dados da localidade da Favila, foram realizadas investigações junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, à Secretária da Agricultura, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, à Biblioteca Central de Canguçu, à Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Rural (EMATER) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Pelotas. A Prefeitura Municipal de Canguçu, a Secretaria da Agricultura e a Biblioteca Central de Canguçu alegaram que não possuíam dados sobre o município e tampouco sobre a localidade.

Já no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, há apenas o número total de associados do município, cálculo este que é realizado considerando o número de pessoas e não o número de propriedades. Na consulta feita junto à Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Rural foi possível obter dados do município através de um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Canguçu.

Na pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em Pelotas, foi demonstrado passo a passo como encontrar vários dados tanto do município de Canguçu quanto da localidade da Favila, inclusive encontrar o mapa da localidade. Assim, foi possível obter dados sobre a população, o número de propriedades e outros dados que não foram utilizados neste trabalho, tais como o número de propriedades com energia elétrica, o destino do lixo produzido nas propriedades, os domicílios com banheiro, entre outras informações de fundamental importância para definir as características socioeconômicas da população.

A localidade da Favila possui 187 propriedades, contendo 643 habitantes, sendo que 89,1% são brancos, 8,4% são pardos e os outros 2,5% são pretos ou amarelos, de acordo com o censo demográfico do IBGE do ano de 2010. Nessa

área, a agricultura é definida como familiar e diversificada, com a produção de feijão, milho, hortifrutigranjeiros, batata doce, batata inglesa, fumo, amendoim, cebola, pêssego e aveia e azevém (serve para alimentar o gado) associada à criação de animais, como bovinos, aves, suínos e equinos, além da produção de leite.



Figura 04 – Plantação de aveia para alimentar o rebanho bovino.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Já a estrutura fundiária é caracterizada por pequenas propriedades, em média 20 hectares, havendo 630 hectares no total do universo pesquisado. Desse total, 299 ha (o que equivale a 47,46%) foram adquiridos através de compra e 52,53%, equivalente a 331 propriedades, foram obtidos por meio de herança, o que corresponde a uma área média de aproximadamente 20 ha por propriedade.

Nesses estabelecimentos há o emprego intensivo de mão-de-obra familiar, onde trabalham praticamente todos os membros da família, ficando de fora apenas as crianças com menos de 10 anos e os idosos que já não tem mais forças para trabalhar. Em algum momento, como na safra do fumo, principalmente, existe a contratação de mão de obra externa na propriedade. São os chamados diaristas ou, mais comumente, “peões”, como são denominados na localidade da Favila.



Figura 05 – Agricultor preparando a terra para plantar.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nessas propriedades há certo grau de mecanização, pois das 33 propriedades pesquisadas, 30 possuem trator, o que equivale a 90,90% – sendo que muitos possuíam de dois e até três tratores sem que a tração animal fosse excluída, pois é utilizada principalmente nos terrenos mais acidentados, onde não é possível utilizar a mecanização. Vale ressaltar, ainda, que 96,96% dos estabelecimentos utilizam algum tipo de implemento agrícola, como, por exemplo, tratores, colheitadeiras, roçadeiras, pulverizadores, subsolador, entre outros, que estão modificando a relação histórica do pequeno produtor com sua propriedade ao facilitar que algumas atividades, como a produção de fumo e eucalipto, por exemplo, sejam implantadas em suas terras.

Ainda, é importante salientar que a diversificação produtiva, destinada ao consumo da família, está em segundo plano para os agricultores, pois a principal atividade, segundo eles, que gera uma renda considerável e permite que permaneçam no campo é a fumicultura. Essa atividade agrícola é praticada por 93,93 dos entrevistados.

As principais receitas mensais da propriedade, ou seja, a maior parte do capital que os agricultores adquirem, advém principalmente da fumicultura, sendo que mais de 90% cultivam essa planta. Outro elemento fundamental de geração de renda é a aposentadoria, visto que nas 33 propriedades pesquisadas, somam 30. Em menor proporção, a renda é oriunda de atividades relacionadas ao aviário, à produção de leite, bem como de pêssigo e de milho, ao minimercado, à automecânica, à serraria e aos trabalhos como pedreiro, peão e alambrador

(pessoa que delimita um terreno através de cerca feita com fios de arame, que em muitos casos serve para deixar os animais confinados).

A plantação de fumo é uma atividade que está presente há 40 anos na localidade, conforme entrevistas. É considerada, também, a principal atividade da localidade, até mesmo porque é a mais rentável economicamente, além de ter garantia de venda. Os agricultores relataram, ainda, que os demais produtos cultivados não satisfariam suas necessidades básicas.

Com relação à assistência técnica, a maioria dos agricultores declarou que a Souza Cruz (fumo) e a Cosulati (leite) prestam assistência em suas propriedades. Ainda foi citado a Premium e a Universal, com relação ao fumo, e a Associação da Maciel e a Schramm, com relação ao pêssego.

Os agricultores declararam, unanimemente, que mesmo se pudessem escolher continuariam cultivando os produtos que produzem hoje (fumo, principalmente) e não trocariam esta por outra atividade, pois esses cultivos são os que garantem a reprodução no campo. Além disso, disseram que gostam do campo e não pretendem abandoná-lo, até porque na cidade seria inviável a sobrevivência devido ao baixo grau de instrução que possuem. Entre os adultos residentes na localidade, praticamente a maioria possui somente estudo até a quarta série do ensino fundamental. Muito poucos foram os adultos que abandonaram o campo para morar na cidade.

Outro ponto relevante, que garante reprodução dos agricultores no campo, é a aposentadoria por tratar-se de uma renda fixa e mensal. Mesmo nas propriedades em que havia duas aposentadorias, os agricultores declararam, quase que unanimemente, que a renda provém da fumicultura demonstrando assim, o não reconhecimento da aposentadoria. Vale ressaltar que de todo o universo investigado, que soma 33 propriedades, há 30 aposentados, equivalente a quase uma pessoa por domicílio, embora em algumas casas sejam duas aposentadorias e em outras nenhuma. No entanto, em uma das propriedades investigadas, a família vive com três aposentadorias e uma pequena produção para autoconsumo, não sendo integrada a nenhuma agroindústria.

Dessa forma, os agricultores precisaram buscar estratégias para continuar vivendo no campo, porque a agricultura, em especial a familiar, passou por profundas transformações sociais, econômicas e produtivas desde os anos

70. Essas transformações modificaram os modos de viver e as estratégias de reprodução social dos agricultores.

Nesse sentido, Gazola (2009) afirma que a agricultura familiar se assentava, antes desse período, na diversidade produtiva, na produção para autoconsumo e na sustentabilidade dos processos produtivos. Na atualidade se reproduz com vistas ao mercado e, também, na especialização produtiva; essas produções voltadas ao mercado estão em primeiro plano para os agricultores. Isso ocorre porque o agricultor encontra cada vez mais obstáculos/adversidades para se reproduzir, buscando, assim, estratégias para continuar se reproduzindo como agricultores e permanecerem no campo.

4.1. Principais estratégias de reprodução familiar presentes na localidade da Favila

Os agricultores familiares da localidade da Favila adotaram algumas estratégias para permanecer vivendo no espaço rural, embora, infelizmente, nem todas essas atividades estejam vinculadas à agricultura. Vale ressaltar que nas propriedades em que há atividades não agrícolas existem, também, atividades agrícolas que nem sempre estão em primeiro lugar, pois são consideradas, em alguns casos, atividades secundárias. Assim, as principais estratégias de reprodução encontradas foram os subitens elencados a seguir.

4.1.1. Integração ao complexo agroindustrial

A integração dos agricultores familiares aos complexos agroindustriais corresponde a 90,90% do total dos pesquisados, sendo que tal vinculação acontece por meio da fumicultura, da produção de leite e do aviário; destes, 80% estão integrados através do fumo, 13,34% através do fumo + leite, 3,33% por meio do fumo + aviário e 3,33% do leite. Os agricultores estão integrados à agroindústria, principalmente com a Souza Cruz, devido à fumicultura, com a Cosulati (Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios) através do leite e da produção de aves e produção de pêssego, que se destinam às indústrias de doces e conservas em Morro Redondo e em Pelotas.

Isso ocorre porque ser uma alternativa que o agricultor encontrou para continuar se reproduzindo social e economicamente no campo, já que outros produtos como feijão, milho, soja, entre outros, quando produzidos nem sempre encontram compradores ou, quando encontram, são vendidos por um valor muito insignificante.



Figura 06 – Estufas de fumo e esteira que demonstram a modernização do campo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Dessa forma, os agricultores modificaram significativamente a forma de produzir passando de tradicionais a modernos, conforme salienta Muller:

Com a extensão do mercado do dinheiro, de máquinas e insumos industriais para os setores agrícolas, a agricultura alterou a forma predominante de produzir, passando de tradicional para industrializada, convertendo o campo em mercado rural de bens modernos de subsistência. (Muller 1989, p.60)

Assim, com essa integração aos complexos agroindustriais, os agricultores têm uma garantia de comercialização da produção. No entanto, essa vinculação do agricultor ao complexo agroindustrial torna-o completamente dependente dos produtos da indústria a montante (compra de equipamentos e implementos da indústria para utilizar na produção agrícola) e da indústria a jusante (através da venda do produto para a agroindústria). Nesse sentido, Salamoni (1993) afirma que

muitas vezes é a própria configuração da estrutura fundiária que favorece a integração da agricultura ao complexo. Nessa situação, embora ocupando uma pequena área fundiária, a produção integrada apresenta-se altamente capitalizada e, portanto, apta a participar do contexto produtivo moderno. (SALAMONI e GERARDI, 1993, p.153-154)

Nesse sentido, ressalta-se que os estabelecimentos da localidade da Favila apresentam algum grau de mecanização através da utilização de alguns tipos de implementos agrícolas, tais como tratores, colheitadeiras, roçadeiras, pulverizadores, subsolador, que estão transformando o modo de vida do produtor e sua relação com a terra.

4.1.2. Produção para autoconsumo

A produção para autoconsumo tem como meta satisfazer as necessidades básicas do grupo familiar e está presente em 100% das propriedades pesquisadas. Essa produção de alimentos visa diminuir a dependência do agricultor com relação ao mercado e, conseqüentemente, gerar uma economia de renda para a família. Assim, a produção está orientada para uma lógica específica, conforme explica Ploeg (2006):

[...] uma parte da produção é vendida, a outra pode ser consumida diretamente pela família, e uma terceira parte da produção total poderá alimentar o próximo ciclo de produção: o resultado da co-produção pode fortalecer a base de recursos sobre a qual está fundada (e assim contribuir indiretamente para a criação de uma autonomia ainda maior). O importante é que o processo de produção venha a ser estruturado de tal forma que viabilize a sobrevivência e busque, ao mesmo tempo, uma reprodução ao longo do tempo. (PLOEG, 2006, p.22)

A diversificação produtiva foi uma forma que o pequeno produtor adotou como estratégia de reprodução familiar associada às atividades agroindustriais. No entanto, com as atividades comerciais não há muito tempo para o agricultor se dedicar à policultura. Nas palavras de Gazolla,

os produtos para o autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares porque propiciam alternatividade entre consumo e venda e permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. (GAZOLLA, 2009, p.91)

Nesse contexto, a produção para autoconsumo é muito importante para a reprodução das famílias, pois, assim, o agricultor não fica dependente apenas das flutuações do mercado, além de não precisar adquirir alguns produtos fora da propriedade.

4.1.3. Trabalho assalariado-temporário na agricultura

Com a vinculação do agricultor aos complexos agroindustriais, a produção destinada à comercialização, como o fumo, por exemplo, carece de uma considerável mão-de-obra. Por ser realizada de forma braçal, tal produção gera, dessa forma, uma oferta de empregos em períodos de safra principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, período de colheita e, às vezes, no fim da safra, nos meses de junho e julho.

Assim, os agricultores (homens e mulheres) que possuem uma menor produção de fumo, e que carecem de renda, trabalham nesse período em propriedades vizinhas possibilitando, dessa maneira, o aumento de sua renda – tendo em vista que o pagamento por esse trabalho é feito por dia ou semana.

4.1.4. Trabalho não-agrícola na propriedade

O trabalho não-agrícola na propriedade corresponde às atividades de automecânica e serraria. A automecânica está associada à produção de fumo que é a principal geradora de renda, além da atividade para autoconsumo. No entanto, o agricultor esclarece que pretende abandonar a produção de fumo e ficar

somente com a mecânica e com a produção para autoconsumo, pois não há como atender todas as atividades que desempenha. Também porque a automecânica exige um pouco menos da mão-de-obra envolvida e gera um capital significativo, inclusive maior que a fumiçultura.

A serraria, por sua vez, é uma atividade geradora de renda da propriedade e está associada a apenas uma criação animal e uma horta. A propriedade que adotou essa estratégia, para o grupo familiar se manter no campo, é a maior em área de todas pesquisadas, representando 69 ha.

A serraria ocupa fisicamente um espaço pequeno, todavia a área da referida propriedade é ocupada pela plantação de eucalipto, cultivado para posteriormente servir à serraria em forma de madeira, não precisando, assim, adquirir tal produto de fora da propriedade. O agricultor ressaltou, ainda, que não pretende abandonar a atividade, que já dura 30 anos, em virtude de ter conseguido, juntamente com sua família, se manter até hoje com essa atividade, além de ser o que melhor sabem fazer.

4.1.5. Trabalho assalariado-temporário não-agrícola

Esse trabalho é representado pelas atividades de pedreiro e alambrador, que representam 3,3% dos agricultores investigados, sendo que tal atividade está associada à atividade agrícola. Essa foi uma maneira que o agricultor encontrou para continuar vivendo no campo com dignidade. Nesse caso, as duas atividades geram uma renda considerável. Muitas vezes as atividades externas geram mais renda do que a atividade agrícola.

O trabalho de alambrador e pedreiro geram um capital imediato, o que não ocorre com o trabalho com fumo, por exemplo, em que o agricultor trabalha meses para depois obter os resultados. Assim, com essas atividades extras, o agricultor sempre tem dinheiro para comprar o alimento necessário para a sobrevivência do grupo familiar. Mesmo que o agricultor seja pedreiro e alambrador, a atividade agrícola é considerada tão importante quanto as já citadas, embora ocupe uma posição secundária em se tratando de renda.

4.1.6. Comércio

Uma das formas que 3,3% do universo pesquisado encontrou para se reproduzir no espaço rural foi o comércio associada à fumiicultura e a produção de milho para comercialização, além do cultivo de outros produtos para autoconsumo. No entanto, a atividade comercial na propriedade é apenas uma atividade acessória, pois o milho e o fumo são os principais produtos agregadores de renda, sendo consideradas atividades principais que estão em primeiro plano na dinâmica da produção familiar.

Vale ressaltar que o comércio possui um determinado horário de funcionamento para que as atividades produtivas não sejam prejudicadas em função do comércio. Dessa forma, percebe-se que o comércio é apenas uma atividade complementar de renda.

4.2. Caracterização dos sistemas agrários/agrícolas da agricultura familiar encontrados na localidade da Favila

Sistema de produção é um conjunto coerente de combinações de culturas e criações de animais dentro de uma unidade de produção. De acordo com Miguel, Mazoyer e Roudart (2009, p.28) “o sistema de produção de uma propriedade agrícola define-se pela combinação (a natureza e as proporções) de suas atividades produtivas e de seus meios de produção”. A agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias tanto para o consumo da família como para o mercado. Assim, Guanzioli *et al* (2009) salienta que

um sistema de produção reflete não apenas as potencialidades e restrições socioambiental-agrônicas particulares de cada local, mas também a história local e das famílias que o adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu itinerário histórico, das encruzilhadas, restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias. (GUANZIROLI *et al*, 2009, p.116)

Nesse contexto, serão analisados, a seguir, os principais sistemas agrários/produtivos da agricultura familiar presentes na localidade da Favila. A análise concentrou-se nos sistemas baseados na produção de grãos, produção

animal (leite e aves), produção de fumo, eucalipto, pêsego bem como o autoconsumo. Foram considerados produtos para o autoconsumo aqueles em que o agricultor produz basicamente para o consumo da própria família e das criações. Já os outros produtos, citados anteriormente, foram considerados como sistema de produção quando se destinam exclusivamente ao mercado (como é o caso do milho e das aves). Sendo assim, os principais sistemas de produção encontrados foram os subitens elencados a seguir.

4.2.1. Sistema autoconsumo



Figura 07 – Sistemas produtivos para autoconsumo encontrados na localidade da Favila.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

O sistema autoconsumo é praticado por apenas 3% dos entrevistados, o que equivale a uma propriedade com área de 2,5 ha, tornando-se praticamente inviável a produção de um determinado produto para a venda como ocorre com as demais propriedades pesquisadas nessa localidade. No entanto, vale ressaltar que nesse local, onde se produz somente para o consumo da própria família, os proprietários também recebem três salários mínimos, com base nacional (R\$1.866,00 em valores atuais), que provém de aposentadorias e pensão.

4.2.2. Sistema autoconsumo + leite



Figura 08 – Sistemas produtivos autoconsumo + leite encontrados na localidade da Favila.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

O sistema autoconsumo + leite não é muito frequente entre os agricultores entrevistados da localidade, visto que apenas em torno de 3% adotam esse tipo de sistema, por exigir uma maior disponibilidade de área. No entanto, a propriedade que adotou esse sistema é de apenas 19 hectares e, dessa forma, foi preciso o arrendamento de mais terras para dar conta de manter essa prática.

A produção de leite é a principal e única atividade com fins comerciais da propriedade e é vendida diretamente para Cosulati (Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios, sediada em Pelotas, com filial em Capão do Leão onde o leite é processado). As entradas monetárias ocorrem no início de cada mês, quando é feito o pagamento da produção pela indústria. Os demais produtos se destinam à alimentação do grupo familiar. Há, também, a presença de uma produção de milho com a finalidade de alimentar as vacas, a fim de ter uma maior produção de leite e uma maior qualidade do produto para a venda.

O principal obstáculo/dificuldade enfrentado pelos agricultores que adotam esse sistema, além do tamanho da propriedade, é a restrição de mão-de-obra, tendo em vista que tal atividade exige cuidados e controle rigoroso das

peças envolvidas, inclusive aos fins de semana, tornando-se uma condição para que se tenha uma margem de lucro.

4.2.3. Sistema autoconsumo + eucalipto



Figura 09 – Sistemas produtivos autoconsumo + eucalipto encontrados na localidade da Favila.
Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

O sistema autoconsumo + eucalipto, apesar de estar presente, também não é típico dos agricultores familiares desse local, uma vez que representa apenas 3% dos produtores dessa área. No entanto, praticamente quase toda a terra (69 hectares) dessa propriedade se destina à plantação de eucalipto, uma vez que, os proprietários possuem uma serraria. Dessa forma, os agricultores plantam eucalipto com objetivo de fabricar seus produtos, não precisando, assim, comprar madeira de fora da propriedade. Dessa maneira, os próprios proprietários transformam os produtos primários agregando valor aos seus produtos.

A principal fonte de renda provém da serraria, já os produtos agrícolas são cultivados somente para o consumo da própria família. De modo geral, todos os membros da família estão diretamente envolvidos, durante o ano, na serraria.

4.2.4. Sistema autoconsumo + fumo



Figura 10 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo encontrados na localidade da Favila.
Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

A principal forma encontrada entre os agricultores familiares da localidade da Favila, com relação aos sistemas produtivos, foi o sistema autoconsumo + fumo, que é cultivado por 51% dos entrevistados. Esse sistema é típico dos agricultores familiares dessa área por possuírem pequenas propriedades (área em torno de 17,5 hectares), sendo que mais da metade dessas áreas são destinadas às lavouras de fumo e subsistência (leite, feijão, batata doce e inglesa, hortifrutigranjeiros).

Esse sistema exige muito da mão-de-obra envolvida, principalmente entre os meses de setembro a março, período em que se faz plantio, manutenção e colheita do fumo. Além disso, os agricultores também estão envolvidos com outras atividades de autoconsumo. A fumicultura é responsável pela geração de renda dos agricultores e carece de pequena área para o cultivo (fica em torno de dois a três hectares). O restante da área se destina aos produtos para autoconsumo, pastagens e outras instalações.

O mês de maio é o período que concentra as principais entradas monetárias com a venda do fumo. No entanto, Guanzioli *et al*, (2009), salienta que a renda gerada pelo fumo é instável e flutuante e varia muito de ano para ano, seja em razão dos rendimentos ou dos preços pagos pelas indústrias fumageiras, que levam em conta os preços internacionais e a qualidade do produto.

O sistema autoconsumo + fumo varia muito segundo as atividades de autoconsumo, pois podem ser incluídas outras diversas culturas, tais como feijão, batata inglesa, leite, criação de animais de pequeno porte, entre outros. A exploração de uma ou mais atividades, depende de alguns fatores como, por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra, de recursos e boa vontade do agricultor em ser policultor.

4.2.5. Sistema autoconsumo + fumo + leite



Figura 11 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + leite encontrados na localidade da Favila.
Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

O sistema autoconsumo + fumo + leite não é muito utilizado entre os agricultores da Favila, visto que 6% da população da área entrevistada está envolvida nesse processo. Os agricultores afirmam que o fumo assegura a maior parte da renda do estabelecimento, apesar de exigir muito da mão-de-obra. Assim, Guanzirolí *et al* (2009) salienta que esse sistema requer

capital de giro, o que vem sendo disponibilizado pelo crédito rural oficial agenciado pelas indústrias fumageiras. O acesso ao crédito de custeio é vinculado a compra dos insumos e a pré-venda as construções dos galpões para fumo, também é intermediado pelas indústrias, com pagamentos entre 3 e 5 anos. O fumo traz uma valorização indireta do patrimônio, bem como uma contribuição para a recuperação/manutenção do solo, além de diminuir os custos para as culturas cultivadas logo depois da colheita do fumo, normalmente o feijão ou o milho, que aproveitam a grande quantidade de adubo utilizado na cultura do fumo. (GUANZIROLI *et al*, 2009, p.127).

Esse sistema, assim como os demais que têm a produção de fumo associada aos demais cultivos, utiliza uma grande quantidade de agrotóxicos e exige, também, uma grande demanda de mão-de-obra. Dessa forma, muitos agricultores contratam, principalmente no período da colheita do fumo, mão-de-obra externa à propriedade para ajudar e dar conta dessa atividade, que possui um prazo limite para a colheita sob pena de não atender as exigências em termos de qualidade do produto.

A função do fumo nesse sistema é gerar renda para atender as necessidades dos agricultores. A produção de leite, inicialmente para o consumo das famílias, vai aos poucos sendo transformada em uma atividade que visa o mercado, no entanto é considerada como uma atividade complementar ao fumo e, por esse motivo, fica em segundo plano. Já o autoconsumo serve para alimentar a família e não tem uma atenção especial do agricultor, ficando muitas vezes relegado ao segundo plano devido ao fumo ser considerado a principal atividade geradora de renda.

4.2.6. Sistema autoconsumo + fumo + milho



Figura 12– Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + milho encontrado na localidade da Favila.
Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

Ao lado da produção para consumo da família, a principal atividade desse sistema é o cultivo do fumo. O milho surge como atividade complementar, que

possui, também, uma finalidade comercial. Nesse sistema, estão inseridos 6% da população do universo pesquisado que possuem uma área de aproximadamente de 23 hectares.

É intensa a mão de obra envolvida nas atividades, principalmente no fumo e, também, no período de capina do milho, em que são contratadas em média sete pessoas para ajudar a desenvolver a atividade. Nos demais períodos, não é contratada mão-de-obra, pois há máquinas para o plantio, para colocar os insumos necessários e, ainda, para a colheita. Vale ressaltar que esses 6% que estão inseridos nesse sistema equivalem a duas propriedades as quais possuem duas pessoas que estão diretamente envolvidas nas atividades.

4.2.7. Sistema autoconsumo + fumo + pêsego



Figura 13 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + pêsego encontrados na localidade da Favila.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

O sistema autoconsumo + fumo + pêsego é expressivo na área em estudo, visto que é o segundo sistema de produção que aparece com mais frequência e representa 19% dos agricultores. Representa uma área média em torno de 23,5 hectares. Essas atividades demandam alta intensidade de mão de obra, visto que a produção de fumo e a produção de pêsego coincidem em períodos do ano. Desse modo, os agricultores que adotam essas culturas se obrigam a contratar trabalhadores, principalmente no período de safra do fumo e do pêsego, para conseguir atender as duas atividades.

Tanto o fumo quanto o pêssego tem como destino o mercado. Para produtos como o fumo, já no início do plantio, já se sabe qual será a empresa compradora do produto; já em relação ao pêssego, geralmente os agricultores escolhem para quem pretendem vender, quem paga melhor, pois nem sempre existe um contrato anteriormente firmado. A produção com destino ao autoconsumo sempre fica relegada a um segundo plano, visto que os agricultores não dão muita importância para a quantidade da colheita, em virtude de ser somente para o consumo familiar ou para a criação animal.

4.2.8. Sistema autoconsumo + fumo + aves



Figura 14 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + criações encontrados na localidade da Favila.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

O sistema autoconsumo + fumo + aves não é muito difundido na área em estudo. É adotado por apenas 3% dos entrevistados, proprietários de áreas em torno de 38 ha onde cultivam fumo, um dos principais responsáveis pela geração de renda juntamente com o aviário, que produz 6 mil frangos em 42 dias. Os demais produtos são destinados ao consumo da família. Assim, Guanziroli *et al* (2009) acrescenta que a avicultura exige

um alto custo inicial de investimento, a necessidade de constante investimento em novas tecnologias, os gastos de manutenção, as flutuações no nível de renda e de rentabilidade associadas ao índice de eficiência alcançado e a exigência de dedicação integral de pelo menos

uma pessoa com qualificações médias limitam a expansão desta atividade, que tendem a se concentrar em um número pequeno de produtores. (GUANZIROLI *et al*, 2009, p.128)

Dessa forma, verifica-se que a criação de aves para comercialização não é muito difundida na localidade da Favila devido ao alto custo e disponibilidade integral da mão-de-obra envolvida nessa atividade. Assim, torna-se praticamente inviável que um grande número de agricultores adotem esse sistema, visto que o fumo já demanda de uma quantidade significativa de trabalhadores, muitas vezes inexistentes na área rural.

Os pagamentos aos agricultores se dão, principalmente, em maio devido à venda do fumo e durante o ano com a venda dos frangos, pois estes levam aproximadamente um mês e meio para atingir tamanho ideal para venda.

4.2.9. Sistema autoconsumo + fumo + pêssigo + leite



Figura 15 – Sistemas produtivos autoconsumo + fumo + pêssigo + Leite encontrados na localidade da Favila. .

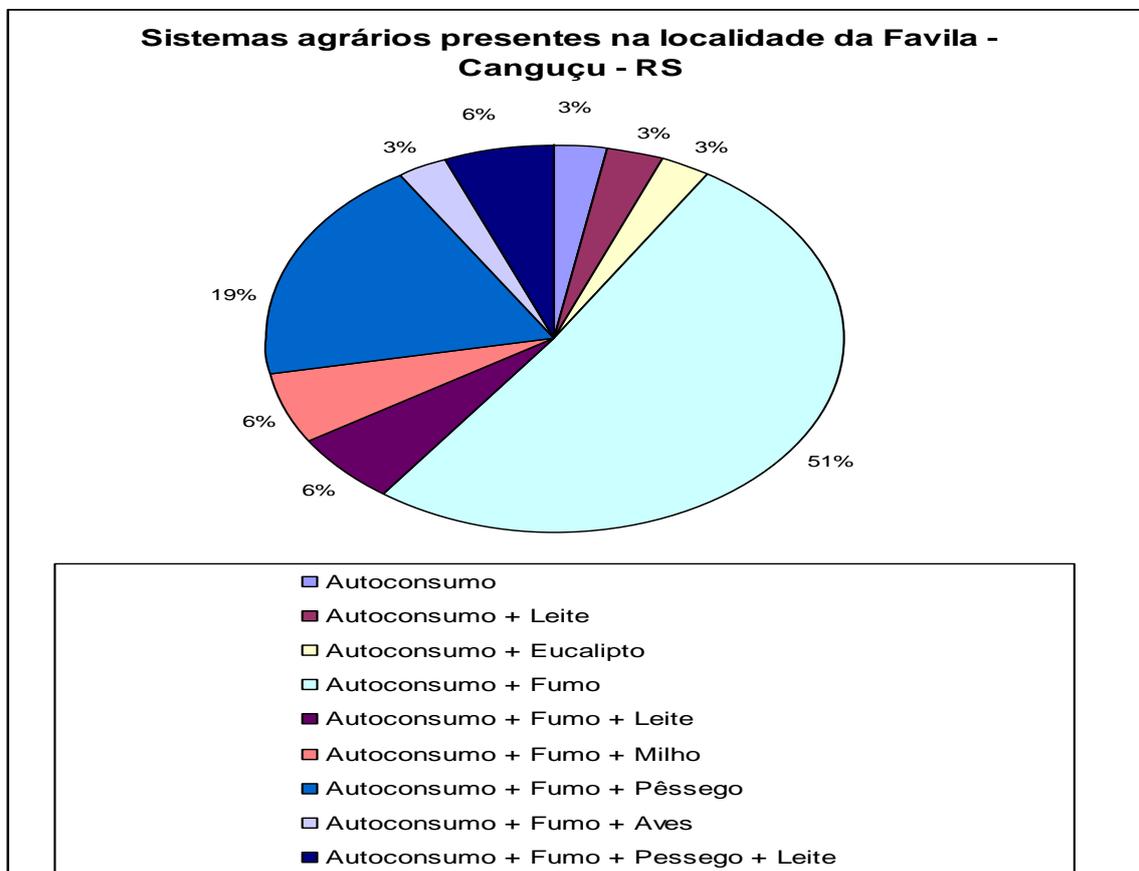
Fonte: Pesquisa de campo, 2011-2012.

Para a efetivação do sistema autoconsumo + fumo + pêsego + leite é exigido muito esforço e dedicação das pessoas envolvidas, pois nesse sistema há a combinação de três culturas destinadas ao mercado e mais as de autoconsumo. Esse sistema representa 6% das famílias entrevistadas, o que equivale a duas propriedades com aproximadamente 26 hectares de área cada.

É intenso o trabalho desenvolvido por esses agricultores. Em cada propriedade, em que se pratica esse sistema, existem quatro pessoas envolvidas nas atividades, que são bastante diversificadas e exigem alta utilização do fator trabalho. Ainda vale ressaltar que em nenhum período do ano são contratadas pessoas para prestarem tal serviço, a mão-de-obra nessas propriedades é exclusivamente familiar.

Nesse contexto, após a tabulação dos dados, foi possível identificar nove sistemas agrários presentes na localidade da Favila, no primeiro Distrito do Município de Canguçu/RS, conforme ilustra o gráfico 01:

Gráfico 01- Sistemas agrários presentes na localidade da Favila - Canguçu/RS



Dessa forma, foi possível perceber que o principal sistema agrário existente na localidade da Favila, e que mais da metade dos entrevistados praticam, é o autoconsumo + fumo. Tal constatação é devido ao cultivo da fumicultura possuir mercado para absorver a produção, além dessa planta estar presente em quase 67% das propriedades. Vale ressaltar, ainda, que o autoconsumo é praticado por 100% dos entrevistados, pois, dessa forma, não é preciso adquirir os produtos que fazem parte de alimentação no exterior das propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar e identificar os principais sistemas agrários/produativos existentes na localidade da Favila no município de Canguçu/RS, especialmente após a introdução da fumicultura. Através dos objetivos específicos, foi possível identificar as principais estratégias adotadas pelos agricultores familiares para se reproduzir social e economicamente no campo, bem como caracterizar o perfil socioproductivo das unidades familiares e compreender as relações de produção e comercialização, com ênfase nos agricultores familiares integrados aos complexos agroindustriais, dominantes na localidade.

Nesse contexto, foi possível identificar nove sistemas agrários/produativos adotados pelos agricultores familiares, que têm no autoconsumo e na produção de fumo suas principais atividades. Os agricultores produzem para sobrevivência própria e para a comercialização, principalmente com as agroindústrias.

Nesse sentido, devido à integração bastante efetiva aos complexos agroindustriais, através do fumo e do leite, especialmente, os agricultores locais possuem pouco poder de decisão sobre o quê, quanto e como produzir. Essas decisões, geralmente, são tomadas fora das unidades de produção em virtude das agroindústrias orientarem as novas relações de produção. Assim, as decisões desses agentes econômicos, sobre o quê, quanto e como produzir, visa essencialmente o lucro diminuindo, assim, a decisão dos agricultores em definir seus próprios destinos enquanto produtores rurais autônomos. No entanto, novas estratégias de mercado foram adotadas pelos agricultores com intuito de garantir seu espaço no meio rural e, também, um desenvolvimento mais igualitário no campo – a partir da associação de atividades agrícolas e não-agrícolas nas unidades produtivas.

A maioria desses agricultores utiliza, em suas propriedades, mão-de-obra familiar, contratando trabalhadores temporários, principalmente, na safra do fumo.

A preparação do solo é realizada quase que exclusivamente de forma mecânica. Eventualmente é utilizada tração animal especialmente nos terrenos mais íngremes, onde é impossibilitado o uso de máquinas.

Mesmo com a produção de fumo, que é um cultivo essencialmente comercial, os agricultores adotaram a prática de vários cultivos alimentares (policultura) por tratar-se de uma forma de garantir a sobrevivência e, também, uma maneira de continuar a reprodução no campo – recorrendo, às vezes, à mão-de-obra sazonal e à criação de animais de pequeno corte para reforçar sua dieta alimentar.

Por fim, percebe-se na localidade da Favila uma busca incessante dos agricultores pela manutenção do seu grupo familiar no espaço rural, assim como para manter a reprodução da unidade produtiva. Mesmo que, para isso, alguns membros das famílias passem a exercer trabalhos fora da unidade produtiva ou fora da agricultura, para complementar a renda e, assim, conseqüentemente, assegurar a continuidade da propriedade e a reprodução do grupo familiar.

Convém salientar que o conhecimento da realidade local foi de grande importância para entender a organização da produção agrícola na localidade da Favila, já que foi possível compatibilizar os pressupostos teóricos com o conhecimento empírico, resultando no entendimento da realidade do lugar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **Espaço agrário brasileiro**: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. São Paulo, GEOUSP-Espaço e tempo, nº12, p.11-19, 2002.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu Reencontro com a História**: um exemplo de reconstituição da memória comunitária. Porto Alegre: IEL, 1983.
- BRUM, Argemiro J. **Rio Grande do Sul: crise e perspectivas**: Ijuí: Unijuí, 1988, 104p.
- BRUM, Argemiro J; TRENNEPOHL, Vera Lúcia. **Agricultura Brasileira**: formação, desenvolvimento e perspectiva. Ijuí: Unijuí, 2004, 128 p.
- BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**: Porto Alegre, Sociologias, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984. 278p.
- DUTRA. Éder Jardel da Silva. **A Fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu - RS**: Consequências na reorganização do setor agrário. Rio Grande: PPGGeo – FURG. 2010. 127p. (Dissertação de mestrado)
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: Origens e perspectiva de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999, 157p.
- EMATER (**Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Rural**). Disponível: <<http://www.emater.tche.br/site/regionais/pelotas.php>>. Acesso em: julho 2011.

ETGES, Virgínia E. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991, 209p.

FEE (**Fundação de Economia e Estatística**, 1982) Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/>>. Acessado em: janeiro 2012.

FERNÁNDES, M.F. **Los sistemas agrarios**. Vellehermoso, Madrid: Sintesis, 1992, 156p.

GAZOLLA, Márcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 85-106, 2009.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p.89-122, 2007.

GERARDI, L.H.O; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A.V. CHAYANOV. **Geografia**, Rio Claro, v.19, n.2, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Berta K e at. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Ed. HUCITEC, p.309-333, 2002.

GRISA, Cátia. **A produção “por gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Poeto Alegre: PGDR. 2007, 200p. (Dissertação de Mestrado).

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Campinas, v.46, n. 2, p.481-515, 2008.

GUANZIROLI, C.E; CARDIM, S.E.C.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA, 2000. 74p.

GUANZIROLI, C.E; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M; DI SABATO, A; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio

de Janeiro: Garamond, 2009, 288p

IBGE (**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: janeiro 2011.

ITEPA. **Banco de Dados da Zona Sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/itepa/25anos/estrutura_fundiaria.pdf>. Acesso em: junho 2011.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, p.13-33, 1993.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional: do mito á realidade**, v.II. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MARAFON, Glauco José. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense**. Campo-território: Revista da Geografia Agrário, Uberlândia, v.1, n.1, p.17-60, 2006

MATOS, P.F.; PESSÔA, V.L.S. Observação e Entrevista: Construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J.C.L.; PESSÔA, V.L.S.(Orgs.) **Geografia e pesquisa qualitativa - nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 152p.

MIGUEL, L. A; MAZOYER, M; ROUDART, L. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, L, A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONTOYA, Marco Antônio; GUILHOTO, Joaquim J.M. A mudança estrutural no Agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo

Fundo: EDIUPF, p.189-217, 2001.

MOURA, Lucimára dos Santos de; SALAMONI, Giancarla. Integração ao mercado e produção para o autoconsumo: estratégias socioprodutivas na agricultura familiar de Favila, em Canguçu (RS). In: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente, MAIA, Adriano Corrêa (Orgs). **Estudos agrários**: a complexidade do rural contemporâneo. São Paulo: cultura acadêmica, p.247-261, 2011.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989, 149p.

NETO, Benedito Silva; BASSO, David. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Unijuí, 2005, 312p.

NORDER, L.A.C. **Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial**. In: SCHEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, 68p.

ORTEGA, J. **Sociologia del trabajo**. II. El objeto de la sociologia del trabajo: dificultades conceptuales y terminológicas . Valencia: Tirant lo branch, 1995.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHEIDER, Sérgio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.13-53, 2006.

PNUD, 2003. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil 1991-2000**. Brasília, PNUD. Disponível em:< <http://www.pnud.org.br/atlas/>> acessado em 06/07/2012.

BRASIL. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Texto do Decreto – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivilhttp_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm> acessado em marco 2012.

POLTRONIERI, Lúgia Celória; SOUZA, Rita de Cássia Martins de. Praguicidas na agricultura: abordagem geográfica das atitudes do agricultor rioclarense. **Geografia**, Rio Claro, v.14, n. 27, abr. 1989.

PRADO Jr., Caio. Grande lavoura e agricultura de subsistência. In: **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1981, 377p.

PRIEB, Rita Ines Pauli. **Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 195p

RAMIRES, J.C.L e PESSOA, V.L.S. **Geografia e pesquisa qualitativa** – nas trilhas da investigação. Uberlândia, Assis, 2009.

SALAMONI, Giancarla. GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Considerações sobre a transformação da agricultura tradicional em um complexo moderno. In: IV Encuentro de Geógrafos da América Latina: **Ambiente y Sociedad: La Geografia hacia el Siglo XXI**. Mérida – Venezuela, v.1, n.1, p.149-154, mar/abr, 1993.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e o meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHUCH, Heitor. **Culturas Gaúchas: Fumo**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2003.

SCHWARTZ, Losane Hartwig. **Organização espacial e a reprodução social da Agricultura familiar na localidade de Harmonia I- São Lourenço do Sul – RS**: UFPEL , 2008, 118p. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Circe Mary Silva da; SANTOS, Vânia Maria; MARCILINO, Wagner Ozirlei Teresa; FOERSTE, Erineu. **Metodologia da pesquisa em educação do campo** : povos, territórios, movimentos sociais, saberes da terra, sustentabilidade. Vitória: UFES, 2009, 90p.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001, 138p.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar, 1982, 192 p.

..... **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998, 217p.

SIMCH, Terezinha de Lemos. **Produção Familiar na Agricultura**: um exemplo de tipologia no município de Canguçu – RS. Pelotas/RS: FAEM – UFPEL, 2002, 194p. (Tese de Doutorado).

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997, 70p.

TAMBARA, Elomar. **Rio Grande do Sul: modernização e crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, 95 p.

WANDERLEY, Maria N.B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro: **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro – AS – PTA, 2009, p.33-45.

WANDERLEY, Maria N.B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009, 330p.

APÉNDICE 01

As entrevistas seguiram o roteiro previamente formulado com perguntas semiestruturadas

1. Qual o tamanho da sua propriedade e a forma como a exploração foi constituída (compra, herança ou posse e o número de hectares)?

2. O que é cultivado/produzido em sua propriedade:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Fumo. Quantidade | <input type="checkbox"/> Soja. Quantidade |
| <input type="checkbox"/> Cebola. Quantidade | <input type="checkbox"/> Milho. Quantidade |
| <input type="checkbox"/> Batatas Ingêsa. Quantidade | <input type="checkbox"/> Batata Doce. Quantidade |
| <input type="checkbox"/> Feijão. Quantidade | <input type="checkbox"/> Hortifrutigranjeiros. Quant. |
| <input type="checkbox"/> Amendoim. Quantidade | <input type="checkbox"/> Ervilha. Quantidade |
| <input type="checkbox"/> Leite. Quantidade | <input type="checkbox"/> Outros. Quais. Quantidade |
| <input type="checkbox"/> Bovino. Quantidade | <input type="checkbox"/> Equinos. Quantidade |
| <input type="checkbox"/> Aves. Quantidade | <input type="checkbox"/> Ovinos. Quantidade |
| <input type="checkbox"/> Suínos. Quantidade | <input type="checkbox"/> Outros. Quais. Quantidade |

3. De onde provêm as principais receitas da propriedade:

- | | |
|--------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Fumo | <input type="checkbox"/> Aposentadoria |
| <input type="checkbox"/> Leite | <input type="checkbox"/> Outro, Qual. |

4. Quais os pontos/mecanismos de comercialização utilizados:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Agroindústria. Produto | <input type="checkbox"/> Feira Livre. Produto |
| <input type="checkbox"/> Atacado. Produto | <input type="checkbox"/> Varejo. Produto |

5. Em sua propriedade, a mão-de-obra envolvida na produção é familiar ou tem assalariado? Quantos membros possui a família? Todos trabalham?

6. Quais são os seus meios de trabalho, força mecânica e/ou animal, própria ou alugada?

7. Planta fumo há quantos anos e quais foram as razões que o levaram a plantar fumo?

8. Quais órgãos que prestam assistência técnica em sua propriedade?

9. Se pudesse escolher, continuaria trabalhando na agricultura? Por quê? Qual atividade principal escolheria?

10. Algum membro de sua família saiu da propriedade e foi morar na cidade? Por quê?